



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - COMBUSTIVEIS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0860/03	DATA: 26/06/03
INÍCIO: 10h08min	TÉRMINO: 12h39min	DURAÇÃO: 02h31min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h31min	PÁGINAS: 50	QUARTOS: 31
REVISÃO: Antonio Morgado, Luciene Fleury, Monica		
CONCATENAÇÃO: Luci		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
EURIDES BRITO - Deputada Distrital e Presidenta da CPI dos Combustíveis da Câmara Legislativa do Distrito Federal. CHICO VIGILANTE - Deputado Distrital e Relator da CPI dos Combustíveis da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Há intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. A presente reunião destina-se a audiência pública, com a presença da Deputada Eurides Brito e do Deputado Chico Vigilante. A Deputada Eurides Brito é Presidente da Comissão e o Chico Vigilante é o Relator da CPI do Combustível da Câmara Legislativa de Brasília respectivamente. Declaro aos convidados que a reunião está sendo gravada para posterior transmissão. Solicito que todos falem ao microfone para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente os convidados não poderão ser aparteados. Finda a exposição daremos início a interpelação. Os Srs. Deputados que desejarem interpelar os convidados deverão se inscrever junto à Secretaria. Convido a Deputada Eurides Brito e o Deputado Chico Vigilante para tomarem assento na mesa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado, queria pedir a palavra pela ordem, como Vice-Líder da Bancada do PT, Líder em exercício nesta quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nós que temos a honra de tê-lo junto conosco.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Queria cumprimentar a todos os Deputados e Deputadas participantes desta CPI, cumprimentar os dois convidados depoentes de hoje, cumprimentar a audiência e os cidadãos que acompanham os trabalhos desta CPI, os funcionários da Câmara que trabalham junto a esta CPI, em especial o meu companheiro de partido e Presidente desta CPI, Deputado Carlos Santana. Vim aqui para, de forma muito rápida e bastante objetiva, em nome de toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores, em nome de nosso Líder, Nelson Pellegrino, que está hoje com compromissos na Bahia, e como Vice-Líder em exercício, para declarar que nós todos temos a mais absoluta confiança na capacidade de trabalho, na história política e na lisura do trabalho do Deputado Carlos Santana. É muito comum que em momentos de investigações importantes e tensas, como esta que está sendo avaliada aqui na CPI dos Combustíveis, eu também sou nesse momento Presidente da CPI que investiga o mercado de plano de saúde, é muito comum que algumas vezes, de forma absolutamente inconsistente, surjam notícias que procuram colocar alguma dúvida sobre o trabalho de Deputados, membros das CPIs. Muitas vezes surgem matérias, versões,



avaliações que não encontram nenhuma comprovação na realidade dos fatos. Elas são lançadas e, muitas vezes, podem exercer — nós sempre esperamos que não exerçam — um papel de gerar uma certa confusão ou instabilidade política no ambiente. Como nós lemos duas matérias do jornal *Tribuna do Brasil*, que levanta inclusive com uma manchete bastante questionável intitulada *Maracutaia na CPI*, nós queremos dizer aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores — e tenho certeza em nome de muitos outros Deputados, mas eles falarão por si —, que o que nós estamos fazendo aqui é exatamente investigar um setor sobre o qual pairam dúvidas importantes quanto a lisura da sua ação dentro do mercado de combustíveis. O Presidente da CPI, indicado pelo nosso partido, e nosso companheiro de partido, ao contrário do que diz esta matéria, tem uma prestação de contas da sua campanha pública e absolutamente transparente. Então, o desafio que eu quero fazer, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, é que, se houver algum tipo de denúncia contra qualquer dos nossos Deputados desta Casa, em especial contra o Deputado que preside em nome da nossa bancada esta CPI, que ela seja formalizada. E que ela seja documentada, para que nós possamos, nos espaços adequados, colocar com lisura tudo aquilo que é transparente sobre a trajetória política e a campanha e o financiamento da campanha do Deputado, companheiro Carlos Santana, que preside esta CPI. Além disso, companheiro Carlos Santana, quero desejar que V.Exa, como é de costume, se mantenha absolutamente sereno, firme nos seus princípios, e conduza com isenção e firmeza os trabalhos desta CPI na defesa do interesse público. A nossa bancada estará presente sempre para dar todo o respaldo de que V.Exa. precisar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu é que agradeço. Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pela ordem, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, claro, como Companheiro de bancada do nobre Presidente desta Comissão, do Rio de Janeiro, até militando em lados diferentes, sem por isso deixarmos de ser companheiros, como sempre somos, eu dou o meu testemunho de que o nobre Parlamentar Carlos Santana não tem motivo nenhum de suspeição por parte, pelo menos da nossa parte, do meu Partido, e acredito que nenhum membro desta Comissão. É claro que a gente sabe que, a cada movimento que se faz nesta



Casa, sempre acontece algum interesse contrariado. E os interesses contrariados costumam se manifestar das formas mais diversas possíveis. Então, V.Exa. tem a minha solidariedade e a solidariedade do meu Partido. Faço questão de lhe transmitir isso. E cumprimento o nobre Vice-Líder do PT, que esteve aqui fazendo a defesa de V.Exa. Só lamento que, infelizmente, o Líder da bancada dele não tenha o mesmo comportamento, porque, em episódios diferentes, ele foi para a acusação sem documentos e sem provas, lançando o nome de Parlamentares publicamente à execração pública, motivo até de representação no Conselho de Ética desta Casa, que já tem sido alvo de discussão. Mas o comportamento do Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores não quer dizer que nós todos tenhamos que ter o mesmo comportamento com os integrantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Então, V.Exa. tem a minha solidariedade pessoal e a solidariedade do meu Partido, de que V.Exa. não é palco de nenhuma objeção, nem de suspeição, que a gente possa considerar que seja apropriada até mesmo para discussão. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, infelizmente, quando uma Comissão Parlamentar de Inquérito atinge alguns alvos e o trabalho começa a despontar, há interesse de poderosos, muitas das vezes oculto, que age dessa forma, forma essa colocando matéria paga no jornal para tentar desmoralizar, para coibir o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu conheço V.Exa. desde criança. Fomos criados juntos, sempre em partidos opostos, mas sempre companheiros ao lado. Sei da lisura de V.Exa., da transparência; quero deixar claro aqui neste momento, como Vice-Líder da Bancada do PMDB. O meu Partido, neste momento, se coloca a sua disposição. Eu acho que esse jornal, o jornal *Tribuna do Brasil*, nós temos que pegar esse jornal completo, tá? e nós temos que tomar providência, convocar aqui o jornalista... não convocar, mas fazer um documento à Comissão de Ética, até porque é regimental. V.Exa. deve tomar providência imediata. Acho que isso não vai atrapalhar os trabalhos da CPI. É hora de nós começarmos a fluir melhor, dividir o trabalho, para completar evidentemente o nosso trabalho nesta Casa. Tenha certeza da sua transparência.



Isso não vai abalar de maneira nenhuma a sua conduta, que sempre foi serena, tranqüila. E temos a certeza de que o trabalho vai continuar dentro dos conformes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Deputado Carlos Santana, prezado Deputado Distrital Chico Vigilante, Deputados, eu quero também, em rápidas palavras, expressar aqui, em primeiro lugar, a minha indignação com as notícias de ontem e comentários de hoje. Esses comentários procuram não apenas expor o Presidente desta Comissão, mas na verdade colocar toda a Comissão numa situação de descrédito perante a opinião pública e a todos aqueles segmentos que querem que esta Comissão exerça todas as suas prerrogativas. Alguns de nós já tivemos a oportunidade, na nossa vida pública, de, na condição de Parlamentar, participarmos de outras Comissões Parlamentares de Inquérito. Eu, em particular, tive a honra de presidir uma comissão estadual de investigação sobre a sonegação e os crimes fiscais no meu Estado, em Pernambuco. Em seguida, fui titular também de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da área de combustíveis. E não foram poucas as situações em que freqüentemente colunas de jornais, noticiários do rádio pela manhã cedo, comentários, eram veiculados, colocando em xeque a competência, a seriedade e o compromisso da nossa condução, na condição de Presidente daquela CPI da evasão fiscal e de muitos dos membros da CPI dos combustíveis no Estado de Pernambuco, que tem sido repetidas vezes colocado aqui como uma referência para os trabalhos de investigação da adulteração, para os trabalhos de investigação da sonegação fiscal na área dos combustíveis, já que Pernambuco é um dos grandes Estados em que a discussão do crime na área dos combustíveis tem evoluído. De lá partiram as estruturas que deram sustentação à indústria de liminares em todo o País. Então, eu também quero, como Parlamentar desta Comissão, seu Vice-Presidente, hipotecar a minha total solidariedade a V.Exa., Deputado Carlos Santana, e dizer que, na medida em que nós estejamos avançando, certamente surgirão outras notas, outros comentários, outras provocações. E creio que a sua trajetória, no quarto mandato de Deputado Federal e reconhecidamente condutor desta CPI, é a maior prova da sua competência, da sua seriedade. E, com isso, nos anima a todos para levarmos às últimas conseqüências,



exercendo todas as nossas prerrogativas como Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa. Portanto, minha solidariedade ao nobre Deputado e companheiro Carlos Santana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Deputado Carlos Santana, embora eu esteja coordenando o seminário realizado pela Comissão de Direitos Humanos, é, na responsabilidade que temos aqui com uma CPI, venho para não somente hipotecar solidariedade, mas para dizer que o trabalho de V.Exa., o requerimento que V.Exa. produziu, a militância que V.Exa. construiu nesta Casa em torno do tema que nós estamos trabalhando aqui na CPI, e que não é recente, não foi desta Legislatura, não é desta Legislatura... De muito tempo, V.Exa. já vinha chamando a atenção da sociedade brasileira para a necessidade de uma investigação, nos termos em que estamos realizando, sob a sua coordenação, frente à adulteração de combustíveis, sonegação, cartéis, verdadeira ação criminosa contra os consumidores e contra a população brasileira realizada nesse setor. Então, eu quero dizer que confio plenamente no seu trabalho, na sua idoneidade, no seu espírito público, na contribuição que V.Exa. dá à sociedade brasileira, através do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados. E que duvido inclusive é da credibilidade destes veículos, deste veículo particularmente, que serve possivelmente como instrumento de interesses contrariados. Nossa CPI, ela está começando, de forma muito firme, a botar a mão em alguns interesses poderosos, que certamente as somas movimentadas ainda não são de conhecimento público, que nós começamos a compreender, pelo trabalho da CPI, pelos depoimentos, pelas diligências, pelos documentos, pelas denúncias importantes, pela credibilidade que a CPI já construiu com a sociedade brasileira em diversos Estados onde há expectativa da instalação, onde os depoentes estão vindo aqui. Nós percebemos que, ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira nos apóia, sabe do trabalho que estamos desenvolvendo, nós estamos colocando a mão, e particularmente V.Exa., em abelheiro, e alguns interesses contrariados começam a aparecer aqui. Portanto, em nada devemos nos abater. Ao contrário, devemos reagir às infâmias, aos ataques, à tentativa de nos atingir na nossa capacidade de investigarmos



profundamente e demonstrarmos com uma investigação ainda mais firme, mais determinada, comandada por V.Exa., que tem nosso irrestrito apoio nessa tarefa, e que temos apoio não só dos membros desta CPI, mas certamente do Presidente da Casa, que está credenciado pelo seu partido e demais bancadas como Presidente desta Comissão por ter tomado a iniciativa de sua instalação e por ser entre nós a pessoa que tem trabalhado com esse tema e acumula profundo conhecimento sobre a matéria e tem um trabalho historicamente constituído. Nós, certamente, vamos demonstrar à sociedade brasileira que esta CPI, ao concluir seus trabalhos, já terá ao longo dos meses do seu desenvolvimento cumprido importante papel, e lá, no relatório final, nos trabalhos finais indicado também importantes medidas que preservem a sociedade brasileira e garantam direitos da cidadania, do Estado, do Fisco, da população, e em especial dos consumidores e da sociedade brasileira. V.Exa. conta com o meu apoio. E esse depoimento tem o sentido de dizer que estaremos juntos certamente como Comissão em todas as iniciativas que V.Exa. resolva encaminhar contra as infâmias, as injúrias, contra as mentiras que estão publicamente colocadas e que devem ter uma resposta firme da nossa atuação. Bom trabalho para nossa CPI e para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Primeiro, quero agradecer a todas as manifestações tanto do meu Vice-Líder como também de todos os nobres Parlamentares que estão aqui. Quero dizer que há mais de 4 anos venho lutando pela instalação desta CPI. Esta CPI é fruto de um trabalho que começou no meu Estado, que foi a máfia do combustível, em que 30 pessoas foram mortas, conforme todos viram o depoimento do Delegado Cláudio Nogueira aqui. Eu poderia ficar aqui no Parlamento muito bem, como membro de Comissão Especial, fazendo discursos, mas acho que hoje está claro que estamos trabalhando com um setor que é uma máfia. Esse setor é uma máfia, tem muita gente boa, mas hoje estamos lidando com uma máfia que está sonegando e adulteração. O nível da carga tributária sonegada é em torno de 15 bilhões de reais entre sonegação e adulteração. Vamos a fundo. Como disse os nobres Parlamentares, estamos ferindo a muitos interesses, interesses de grandes pessoas no País. Como disse o Delegado Cláudio, estamos ferindo muitos interesses que tem aqui. Quero dizer que, desde 1992, sou militante da área da construção naval. E alguns Deputados do Rio de Janeiro sabem que a



construção naval é tão importante quanto o setor automobilístico é para São Paulo. A construção naval já gerou mais de 50 mil empregos em nosso Estado. Minha prestação de contas, assim como a de todos os Parlamentares que estão aqui, é pública. Em vez de dizer que foi o Estaleiro ENAV que me ajudou, por que não disseram que foi o Estaleiro PROMAR, o Estaleiro Serra e Metal? Eles também me ajudaram. Se fizeram esse ataque achando que vou parar, não vou parar. Nasci numa favela, continuo morando em Bangu, com muito orgulho, tenho meus princípios morais e éticos; estou no 4º mandato de Deputado Federal. Minha prestação de contas está aberta a qualquer um, meu extrato, a qualquer companheiro, a qualquer Parlamentar e, ao mesmo tempo, qualquer vínculo meu com qualquer empresário, eu gostaria que aquele Deputado que tivesse dúvida fizesse um requerimento e a gente seria a próxima convocação aqui. Qualquer Parlamentar que tiver dúvida faça um requerimento, vai ser o primeiro a vir aqui para ser ouvido. Então, quero deixar isso bem claro para esclarecer. Se achavam que vou parar, não vou não. Nós vamos a fundo. Quando na segunda-feira eu fui convidado pela AMP para ir lá e eu convidei todos os Deputados do Rio de Janeiro, quando nós e prendemos duas pessoas, e são bagrinhos, porque acho que não temos de atacar posto de gasolina, mas sim distribuidora. É lá onde estão os milhões e milhões do País, é onde está a dificuldade. Então, quero dizer que nós vamos continuar esse trabalho, entendeu? No que depender de mim, e que Deus continue me ajudando e me iluminando, porque eu poderia muito bem, como eu fiz, dizer que não vamos fazer, e estou há 4 anos lutando para a gente abrir a CPI. Então, quero agradecer e nós vamos dar continuidade, sereno, sem acusar ninguém, sem ficar sem dar direito de resposta às pessoas, porque não somos polícia, mas temos um trabalho que vamos comandar com o apoio de todos os companheiros. Portanto, quero passar a palavra ao nobre Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, na linha de todos que aqui se pronunciaram, quero dizer a V.Exa. que esta Comissão, eu como membro da Comissão, não posso deixar de dar apoio a V.Exa., até porque V.Exa. faz um desabafo e mostra a verdade dos fatos. E também porque V.Exa. há de entender que temos de ir em defesa de V.Exa., em função de todos nós, porque quando atacam a instituição estão atacando a todos nós aqui. Então, V.Exa. há de



convir que dentro do que colocou neste instante, temos de dar um basta nessas coisas. Até membros do partido de V.Exa. vem assacando contra membros desta Comissão. Não podemos permitir, e V.Exa. tem que coibir esse tipo de abuso, esse tipo de colocações feitas na imprensa dessa forma. Temos de estar aqui unidos no firme propósito de apurar, doa a quem doer, como muito bem colocou V.Exa. E essas pessoas que têm seus interesses feridos, que tenho certeza de que vão tentar assacar, todos nós já fomos vítimas disso. V.Exa. mesmo é testemunha aqui mesmo nesta própria Comissão, como tentam assacar contra membros como eu, que fui Presidente de uma CPI da Bahia e mostrei a todos os membros o trabalho feito por parte do Presidente, e as coisas acontecem, mas mesmo assim as pessoas que não ficam contentes e ficam a afim de parecer nos holofotes da mídia tentam, de qualquer forma, atacar um ou outro. Por isso, V.Exa. tem a nossa solidariedade, e tenho certeza de que V.Exa. vai tomar providências enérgicas contra esses fatos que estão acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu que agradeço, vamos passar à nossa Ordem do Dia. Com a palavra a nobre Deputada Distrital Eurides Brito.

A SRA. EURIDES BRITO - Em primeiro lugar, quero dizer da nossa satisfação de estarmos aqui, o Deputado Chico Vigilante e eu, de termos recebido o convite do Deputado Carlos Santana para virmos mostrar um pouco do trabalho que a CPI dos Combustíveis do Distrito Federal tem feito. Mas antes de entrar no assunto propriamente dito, eu também gostaria de apresentar minha solidariedade ao Deputado Carlos Santana. Talvez aqui alguns não saibam, mas já fui membro desta Casa. Estive aqui na Legislatura de 1991 a 1994, quando fui Relatora de uma das Subcomissões da CPI da Previdência. Desde aquela época aprendi também quais são os ônus que cabem. Também quais são os ônus que cabem ou que recaem sobre aquelas pessoas que se dedicam a investigar, a estudar, a tentar esclarecer fatos que prejudicam a nossa sociedade, que afrontam os princípios morais e os princípios éticos de uma sociedade. E, então, essas coisas não nos surpreendem. E por isso, eu sempre digo que integrar CPI é tarefa para os fortes. Deputado Carlos Santana, queira, portanto, receber nossa solidariedade. No caso específico do funcionamento da CPI do Distrito Federal, somos cinco membros



representando partidos diferentes. Eu sou do PMDB, e sou líder do PMDB na Câmara Legislativa do Distrito Federal e tem surpreendido algumas pessoas a forma entrosada, a forma harmônica, a forma como o Deputado Chico Vigilante e eu temos trabalhado nesta Comissão como se os assuntos que preocupam a sociedade fossem privativos de legendas partidárias e se como a defesa de princípios morais e éticos fossem também questões privativas a partidos políticos. Nenhuma ação tem sido desencadeada naquela Comissão, na nossa Câmara Legislativa, sem contar com o total apoio do Deputado Chico Vigilante como Relator, meu, como Presidente, e com o dos demais membros daquela Comissão. Então, queremos agradecer, portanto, Deputado Carlos Santana, a oportunidade de estarmos aqui para dar algumas informações. E depois, evidentemente, nos colocarmos à disposição dos Deputados Federais integrantes da Comissão e de outros Parlamentares que queiram fazer algumas perguntas sobre o desempenho que nós estamos tendo. Nós combinamos fazer uma exposição integrada e poderemos, às vezes, um entrar no esclarecimento maior ao outro, até porque essa é a forma pela qual nós temos trabalhado. Não há uma posição da Presidente, nem há uma posição do Relator, há uma posição da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, nós vamos começar com o nosso histórico da CPI para termos uma ligeira idéia até entrarmos nos assuntos que nos interessam mais. A Comissão foi instalada no dia 1º de abril. Até brincamos muito porque seria uma data, e lembro que neste dia o Deputado Chico Vigilante e eu demos entrevista à imprensa dizendo que nós iríamos mudar o conceito da data de 1º de abril, porque não permitiríamos que, ao final, o 1º de abril fosse lembrado como o Dia da Mentira, mas que fosse lembrado como um dia em que as pessoas, que Parlamentares se reuniram para investigar em profundidade uma questão que afeta a toda a população do Distrito Federal e, quiçá, do Brasil e estaríamos aí à disposição fazendo realmente o nosso melhor. Nós temos um prazo de 180 dias para o nosso funcionamento; ainda estamos, portanto, na metade do nosso trabalho, mas já poderíamos a essa altura dizer que já temos alguns resultados práticos, que já temos alguns resultados que estão aí, a população já nos cumprimenta nas ruas, a população já nos estimula por onde passamos e dizemos vão à frente, não esmoreçam, continuem realmente trabalhando e isso tem sido um estímulo para o nosso trabalho. Já tivemos até agora



18 reuniões com 19 depoimentos, desses depoimentos 6 foram em caráter reservado, porque as pessoas precisavam que pelo menos por um período seus nomes fossem mantidos em sigilo, uns para não perderem o emprego e outros porque temiam correr risco de vida. Então, nós ouvimos alguns depoimentos reservados. E é interessante que informações dadas em alguns desses depoimentos reservados todas elas já vêm realmente se confirmando. A CPI nasceu para examinar principalmente duas vertentes. A primeira vertente era: existe ou não existe cartel no Distrito Federal? Essa era uma questão, a primeira vertente: existe ou não existe cartel? E a segunda: existe ou não existe adulteração de combustível aqui no Distrito Federal? Nesta primeira fase nós decidimos que ouviríamos primeiro expositores e não depoentes com indícios de alguma implicação, mas expositores de órgãos públicos, de sindicatos que pudessem trazer esclarecimentos aos membros da Comissão para que nós pudéssemos trabalhar com um embasamento dentro de um quadro referencial teórico que nos fosse trazido por esses órgãos que foram convidados. Então, conosco estiveram, conforme podem ver, representantes da ANP, da PETROBRAS, da Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que veio através da sua Diretoria de Direito Econômico; tivemos auditores tributários da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. O Governo do Distrito Federal também tem colocado todos os seus órgãos à disposição da CPI, tanto que veremos posteriormente como os dados da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal foram muito importantes para o nosso trabalho, como de resto alguns outros documentos que estamos conseguindo no Ministério da Justiça. Mas também a Secretaria de Segurança Pública, através da Polícia Civil e por sua Delegacia do Consumidor — e temos aqui a presença da Delegada da Delegacia do Consumidor — tem nos dado um apoio muito grande à Comissão. Nós temos conseguido já produzir, chegar a algumas conclusões parciais à altura do trabalho em que estamos. Depois, já ouvimos alguns donos de postos, ouvimos funcionários também de redes, principalmente da Rede Gasol, que é a maior do Distrito Federal e que domina praticamente o mercado no Distrito Federal. E o resultado disso — evidentemente isso os donos de postos nunca dizem, mas quando nós começamos o trabalho, naquele início de abril, o litro da gasolina no Distrito Federal era praticamente o mesmo em todos os postos, 2,38, no início de



abril. Em todos os postos era o mesmo preço. Hoje, e nós fizemos ainda ontem uma verificação, nós já encontramos a gasolina a 1,87. Nós vamos andando hoje no Distrito Federal, no Plano Piloto, cidades satélites, e vamos ver a diferenciação e como houve realmente essa queda em tão pouco tempo de funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A diferença de preço de gasolina entre um posto e outro, que não passava, à época da instalação da CPI, de 0,01, já era o indício de cartel. E a razão do convite da Secretaria Nacional de Direito Econômico à nossa Comissão foi para que pudesse nos esclarecer o conceito do cartel. Até porque eu conversava com o Deputado Chico Vigilante, à época, dizendo que cartel é uma coisa como o vento, a gente sente o efeito mas não consegue segurar. O efeito se sente, mas não consegue segurar. Os preços estavam ali, praticamente todos eles iguais, mas nós não tínhamos prova material de que existisse, de fato, essa cartelização e gostaríamos de estar amparados num conceito que nos foi dado pela Secretaria de Direito Econômico. Fizemos visitas ao Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda, Secretaria de Fazenda do Distrito Federal e à Polícia Civil no sentido de que eles funcionassem como uma espécie de parceiros nossos. E que pudessem deixar também técnicos à nossa disposição que pudessem nos ajudar toda vez que tivéssemos dúvidas por ocasião dos depoimentos, quando precisássemos algum apoio técnico, eles pudessem fazê-lo, e estamos contando e somos agradecidos pelo apoio que estamos recebendo desses órgãos. Como funcionaria esse cartel no Distrito Federal? Como funcionaria? Em primeiro lugar, não sei se acontece em outras Unidades da Federação, mas, no caso do Distrito Federal, há uma altíssima concentração de postos na mão de poucos donos. Às vezes, muda até a razão social, mas os proprietários são os mesmos. Então, é uma espécie de *holding*, ainda que esteja sob o manto dos mesmos tipos de serviços prestados. Então, há uma alta concentração de postos nas mãos das mesmas pessoas. Segundo depoimentos reservados — esse foi um dos primeiros depoimentos reservados, por sinal, que tivemos — nos foi revelado que a combinação de preços, quando ia subir, era feita nas reuniões semanais do sindicato dos proprietários. Mas essa era uma informação, e não tínhamos realmente uma comprovação, embora o informante fosse um partícipe das reuniões semanais do sindicato. Até porque aqueles que têm, os proprietários de pequenos



postos, um posto, dois postos, esses se sentiram sempre muito intimidados no mercado do Distrito Federal, até porque, quando eles tentavam baixar, recebiam ameaça: “Se você continuar baixando, nós vamos te quebrar, vamos quebrar o teu serviço”. Então, se sentiam realmente ameaçados. E essa informação de que a coisa era combinada em reunião do sindicato foi, depois, desmentida quando nós ouvimos o Presidente do sindicato, mas ele não sabe que nós temos em mãos um documento obtido no Ministério da Fazenda, datado de 1994. Está hoje na Secretaria de Direito Econômico ainda, e que contém cópia de atas de reuniões que se realizavam e onde havia explicitamente a combinação realmente de preços. E isso nós vamos deixar alguns desses documentos nas mãos do Presidente desta Comissão, para que depois esses documentos possam ser conhecidos pelos Parlamentares que a integram. Diariamente também nos foi informado, numa dessas oitivas reservadas, que, após as reuniões do sindicato em que eles combinavam o aumento de preços, imediatamente saíam carros com funcionários passando nos postos para conferir se o que havia sido decidido na reunião do sindicato sobre o problema do preço havia sido posto em prática, de fato, pelos postos. E aí surgiram as ameaças. Aquele posto que não havia feito alteração recebia, depois, telefonemas dizendo: “Você tem de baixar ou, então, vamos quebrar”. E, hoje, segundo informações que temos e até dadas também por donos de postos, elas não são mais feitas por telefones, porque hoje todo mundo fica com medo de que, fazendo já por telefone, que o telefone esteja grampeado. Mas há inclusive uma frota com Fiorinos, carros da marca Fiorino, que saem — até os depoentes descreveram a cor do carro, a marca do carro — fazendo a conferência dos preços pós-reuniões de sindicatos. Os donos de postos que não seguem, portanto, a decisão do cartel, são ameaçados e intimidados, conforme dissemos, e vivem muito acuados. Tanto que a baixa de preços no Distrito Federal começou propriamente nesses postos menores, de proprietários que têm um número menor de postos, porque eles se sentiram um tanto seguros, a partir da instalação da CPI, já prevendo que agora eles teriam, pelo menos, um ponto de apoio e já não estariam, assim, tão desprezados. Acordos... Há, no caso do Distrito Federal, coisas, assim, interessantes. Por exemplo, há um costume no Brasil, quer dizer, não há novidade em praticamente nenhuma Unidade da Federação que, junto a supermercados,



funcione um posto de gasolina, porque, às vezes, o consumidor vai fazer suas compras e, depois, abastece. E uma cadeia de supermercados no Distrito Federal tentou, também no projeto total de edificação, construir um posto de gasolina, que foi o caso conhecido no Distrito Federal, como o caso Carrefour, e foi proibido. Proibido como? Numa das reuniões realmente desse sindicato, foi decidido que tudo fariam para impedir que não fosse permitido aqui nenhum supermercado manter também, na área de estacionamento ou pertencendo ao complexo do supermercado, posto de gasolina. E, coincidentemente, a minuta. — tem-se hoje a comprovação — de que a minuta para projeto de lei da Câmara Legislativa, que depois se transformou em lei, foi uma oferta do próprio Sindicato dos proprietários. A minuta que, depois, resultou em lei proibindo, no caso, era o pedido do Carrefour, que existisse um posto de gasolina funcionando junto a supermercado. E nunca se ouviu nenhum protesto contra as lojas de conveniência junto aos postos de gasolina e que, hoje, quando estamos estudando um pouco da sonegação, estamos vendo que muito da sonegação sai também das chamadas lojas de conveniência. Ora, se fosse uma razão conceitual que impedisse que o posto de gasolina também tivesse em sua propriedade, ali fazendo parte do seu complexo de oferta à população, o posto de gasolina, então, pelas mesmas razões, os donos de lojas, mercados e de pequenas mercearias poderiam estar protestando também pela existência das lojas de conveniência junto aos postos, o que realmente não foi feito. Logo nesses primeiros meses da nossa CPI, como disse estamos na metade do trabalho da CPI, evidentemente já tivemos de pedir da Polícia apoio para dois depoentes que receberam ameaça de morte — e estão tendo cobertura da Polícia. Foi ameaça de morte feita por telefone, numa... o ameaçado recebeu ameaça no seu telefone celular e conseguiu a gravação e pusemos essa gravação para ser ouvida por todos numa reunião — e é lamentável que isso aconteça. E, por último, o Deputado Chico Vigilante e eu já fomos também ameaçados, nossos gabinetes já receberam ameaças e nos telefones de nossas residências, chegando a ponto de que a própria Polícia tenha sugerido que haja agora um rastreamento dos telefones do Deputado Chico Vigilante e do meu telefone para uma espécie de, pelo menos, cautela. Mas devemos dizer que, em nenhum momento, mesmo quando para o gabinete foi denunciado que já haviam contratado pistoleiros que iriam matar integrantes da CPI,



não nos ameaçou. Eu disse no princípio aqui que, quando integrei esta Casa, fui Relatora de uma das subcomissões da Comissão da Previdência que resultou em prisões. E trabalhar em CPI é trabalho para fortes, não é trabalho realmente para pessoas fracas. Como combinamos, vamos nos revezar na exposição. O Deputado Chico Vigilante apresentará mais alguns aspectos, depois nós voltaremos, e S.Exa. também voltará nesse trabalho integrado que estamos desenvolvendo.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pela ordem, Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, primeiro, gostaria de cumprimentar meu companheiro Deputado Chico Vigilante e a Deputada Eurides Brito pelo trabalho que vêm realizando e pela contribuição que já deram nesta Casa. Pedi a palavra pela ordem, neste momento, para um importante registro que gostaria de fazer, já que não poderei estar acompanhando a próxima parte da exposição — estou num seminário debatendo a questão da reforma tributária e terei de me ausentar. Por isso, peço desculpas aos meus companheiros da Comissão para fazer um registro importante frente às ameaças que nós que estamos tentando dismantelar com as quadrilhas que hoje exploram o povo brasileiro na questão do mercado de combustíveis e me solidarizar com o Presidente desta Comissão, o Deputado Carlos Santana, que tem sido violentamente atacado nos últimos dois dias por organismos suspeitos da imprensa, numa tentativa de usar um expediente que é legal, infelizmente não temos financiamento público de campanha, estamos numa legislação que estabelece regra de financiamento privado. E as acusações hoje colocadas contra o Deputado são exatamente pela idoneidade, pela seriedade e pela dedicação ao trabalho do Deputado Carlos Santana, porque ele recebeu uma contribuição de campanha, declarou honestamente e seriamente na sua prestação de contas, e está à frente da CPI, independente do financiamento de campanha que tenha recebido, tendo uma conduta exemplar, com os erros que todos cometemos na ânsia de buscar a solução dos problemas. Por isso, quero dizer que nenhum de nós pode aceitar a tentativa de neutralizar o trabalho desta CPI promovida por alguns que usam o espaço da mídia e a liberdade de imprensa para proteger



interesses escusos. Então, que nós investiguemos, inclusive, quem está por trás dos interesses que ameaçam e tentam intimidar esta CPI. Então, Deputado Carlos Santana, parabéns pela sua dedicação! Tenho absoluta confiança de que essa CPI chegará ao final com um resultado que bote fim às fraudes que dominam esse mercado. E, aproveitando essa invasão que fiz no espaço de tempo de vocês, eu gostaria de colocar uma reflexão sobre uma colocação em particular da Deputada Eurides Brito, que é com relação à questão dos postos em supermercados e à questão das lojas de conveniência. Não vejo nenhum problema de que haja postos em supermercados. Mas precisamos botar fim à fraude da compensação do crédito de ICMS que engana a população e aumenta os lucros dos supermercados, que se valem desses créditos para pagar o ICMS de outros produtos e vendem, na prática, o seu produto mais caro do que o concorrente ao lado está vendendo, que não dispõe dos créditos de ICMS. Nesse sentido, já propusemos, e entra na pauta da convocação extraordinária, projeto de lei mudando a base de cálculo do ICMS eliminando a base presumida e também estabelecendo o fim de uma coisa que o STF considera inconstitucional, que é a compensação de crédito tributário de ICMS. Muito obrigado.

A SRA. EURIDES BRITO - Coincide, Sr. Deputado, com o nosso pensamento. Fico muito contente em saber que também essa é sua linha.

O SR. CHICO VIGILANTE - Em primeiro lugar, quero agradecer o convite formulado por esta CPI para que comparecêssemos aqui, tanto eu como a Deputada Eurides Brito. Deputado Carlos Santana, eu que convivi com V.Exa. nesta Casa por oito anos, fomos Deputados juntos, sei da sua conduta exemplar nesta Casa, quero também, como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Legislativa, prestar a nossa solidariedade a V.Exa. E dizer que isso já era esperado. Uns Estados, eles ameaçam com balas, em outros, eles tentam atingir a honra das pessoas. Vou fugir um pouco do roteiro traçado aqui, Deputada Eurides, com a permissão de V.Exa., porque o Deputado Carlos Santana me alertou de que possivelmente haverá a Ordem do Dia, daqui a pouco.

E a gente sabe — nós que já militamos aqui, tanto eu como V.Exa. — quando começa a Ordem do Dia, os trabalhos param, né?, das Comissões. A Deputada Eurides já expôs muito bem o início do nosso trabalho, a luta que foi para aprovação



da CPI. Mas eu quero dizer que essa CPI, no Distrito Federal, ela surgiu muito pela nossa disposição de fazê-la efetivamente, mas também pelo trabalho exemplar feito pelo jornalista dessa Cidade, Áureo Germano, do *Jornal de Brasília*. Uma semana inteira de matérias, divulgando efetivamente os preços, fez com que a Câmara Legislativa do Distrito Federal se preocupasse em fazer essa CPI. No início, nós conseguimos as 8 assinaturas normais; depois, nós conseguimos que 19 Parlamentares votassem. Dos 24, 19 aprovaram a CPI. E acertamos a presidência e a relatoria. A Presidência com a Bancada do PMDB, que tem 5 Deputados; relatoria com a Bancada do PT, que tem 5 Deputados também. E temos feito um trabalho realmente muito entrosado. Eu quero declarar aqui, Sr. Presidente, que nós iniciamos os trabalhos para investigar a formação de cartel dos combustíveis no Distrito Federal. E hoje, Deputado Paulo Rubem, V.Exa. que investigou lá no Pernambuco também — eu falo com a responsabilidade de Relator da CPI dos Combustíveis no Distrito Federal —, o cartel já está comprovado. Nós estamos avançando agora para caracterizar a formação de quadrilha nesse setor dos combustíveis aqui no Distrito Federal. Nós temos aqui uma parceria importante, que é da Delegacia de Defesa do Consumidor do Distrito Federal, cuja titular está aqui, a Dra. Roseliane, com toda a sua equipe, que tem prestado um trabalho extraordinário à comunidade do Distrito Federal. Já existem hoje em Brasília 12 proprietários de postos indiciados; já estão indiciados pela Delegacia do Consumidor, em função da formação de cartel. Nós avançamos no sentido de investigar o comportamento das distribuidoras também. E aí tem 2 comportamentos — e os 2 são nocivos: um das grandes distribuidoras, tipo ESSO, SHELL, TEXACO, e outras, que estão transformando os proprietários de postos em verdadeiros escravos. Isso nós já temos documentos, aonde as distribuidoras determinam qual vai ser a remuneração do proprietário do posto. E depois esse proprietário de posto termina sendo um simples funcionário da distribuidora lá dentro. Ele não é um proprietário, ele não tem vontade própria. Isso nós temos documentos que eu estou investigando, nem passei para Presidente ainda. É um conjunto de documentos que chegou ontem e que nós vamos provar. E tem a outra, que já deve ter sido trazida a essa CPI também, já está devidamente apurada pela nossa CPI, que é o comportamento de grupos que se apresentam enquanto distribuidora, mas que, na verdade, não têm capacidade



nenhuma para ser distribuidora. Nós temos aqui um trabalho feito pela nossa CPI também, uma distribuidora chamada GARRA Distribuidora de Combustíveis, que tem sede em Fortaleza e tem uma filial aqui no Distrito Federal. E pasmem, Srs. Parlamentares, essa filial da GARRA Distribuidora de Combustíveis funciona num barraco, numa favela aqui do Distrito Federal.

A SRA. EURIDES BRITO - Nos arrabaldes de Planaltina.

O SR. CHICO VIGILANTE - Estão ali as fotos. Isso aqui é no Bairro Arapuanga. Eu até convido depois os Deputados Federais a irem lá. A GARRA Distribuidora, sede em Fortaleza, funciona aqui no Distrito Federal. Tá ali o barraco, tá ali a sede da empresa, a filial aqui no Distrito Federal. Vamos passar lá os tanques. Inclusive ontem os assessores da Deputada Eurides, que estiveram lá fotografando, os vizinhos, Deputado Carlos Santana, diziam: “Olha, esse pessoal, depois que começou a CPI, desapareceu daqui”. Aí eles perguntaram: “Mas, escuta, o álcool, aqui que eles... “Não, eles vendiam aqui para a gente, mas era tão ruim que nós paramos de comprar”. Porque é outro dado que nós temos na CPI também...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Deputado Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE - Pois não.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Um aparte, por favor. Não é muito maior do que aquela lá de Friburgo não, é Sr. Presidente? Você esteve lá. É?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nova Friburgo, Chico Vigilante, era dentro de uma imobiliária, entendeu?, de uma imobiliária.

O SR. CHICO VIGILANTE - O pior dessa empresa, Srs. Deputados, é que ela conseguiu de um juiz, aqui, da Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, uma liminar para comprar 15 milhões de litros de gasolina da PETROBRAS — 15 milhões de litros! Essa distribuidora aqui. Quinze milhões de litros sem ICMS, sem CIDE, sem COFINS e sem PIS. Quinze milhões de litros de gasolina, Deputado Carlos Santana, essa distribuidora, aí, foi autorizada pelo Juiz da Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal a comprar, e a PETROBRAS foi obrigada a vender. Portanto, quando eu estou dizendo que existe formação de quadrilha, é porque existe um conluio entre determinados políticos, porque tem gente envolvida — e todos nós sabemos que tem — integrantes do Executivo, mas têm muitos do Judiciário. E eles contratam escritórios. Os mais caros, exatamente, são contratados por eles. Tem um



escritório de advocacia aqui no Distrito Federal, do Marcelo Ribas, que é genro de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que é quem advoga para a Rede Gasol no Distrito Federal. E esse advogado, pasmem os senhores, ele conseguiu uma liminar aqui no Distrito Federal para impedir que, não é Deputada Eurides?, que os proprietários da Gasol, ou melhor, que o José Simas, que é funcionário da Gasol, fosse depor na CPI, porque diziam que a CPI não podia existir, porque eu tinha proposto a CPI, a Deputada Eurides tinha votado pela CPI, logo, ela não poderia ser nem Relatora nem eu poderia ser Relator, nem ela Presidente. E a Justiça deu. Depois, nós fomos lá e convencemos a Justiça a suspender essa liminar que isentava ele do depoimento. Outra coisa grave: a promiscuidade existente entre o público e o privado. Pelo que me consta, a PETROBRAS é uma empresa pública, empresa pública. A BR Distribuidora fez um contrato — e nós estamos com esse contrato para mostrar para os senhores, vamos encaminhar aqui esse contrato — com a Rede Gasol, que é a maior rede de combustível do Distrito Federal. A Rede Gasol é formada por 10 empresas. Brasília tem hoje aproximadamente 360 postos, ela tem 79 dos 360. Setenta e nove deles, as dez. Eles têm um contrato com a BR Distribuidora, de um tal de ajuste de galonagem, que é o único no mundo. Só a Gasol tem isso com a BR Distribuidora. E faz com que, estimativas de um processo que chegaram às nossas mãos, Deputado Carlos Santana, com que nos últimos 77 meses eles tivessem um lucro, a Gasol tivesse um lucro de 26 milhões de reais. Isso faz com que não possa ter competição no Distrito Federal, porque o número de postos individuais é muito pequeno. E é o que já disse a Deputada Eurides: quando alguém tentava diminuir um pouquinho o preço, eles iam lá e diziam: “Olha, se você não diminuir os preços, nós vamos te quebrar, porque os postos aqui, o do lado direito e o do lado esquerdo, são de nossa propriedade. Quando mais você baixar o preço, nós vamos baixar o nosso até você falir. E a gente volta a aumentar o nosso preço novamente.” E o senhor que era gerente comercial da BR Distribuidora, que se aposentou, em seguida passou a ser, que fez, formatou esse contrato, gerente comercial da Rede Gasol agora. Tem um outra situação, não sei se os senhores já investigaram, que é a questão do INMETRO, que é o Instituto Nacional de Metrologia, pesos e medidas e tal. Deputado Carlos Santana, eles terceirizaram a fiscalização, aquela aferição das bombas, para saber se a gente passou lá, botou 20



litros, se tem 20 litros mesmo. Agora, aqui no Distrito Federal, não sei como é que está no restante do País, mas aqui é feito pelos proprietários dos postos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só ajudar o nobre Deputado Chico Vigilante, isso não é só aqui; isso é em todo o Brasil. Eles fizeram um vasilhame e nesse vasilhame tem a questão dos 20. E, aí, o que acontece? O dono do posto é que vai lá para medir.

O SR. CHICO VIGILANTE – Exato. Aqui o dono do posto é quem mede. Se a bomba der um defeito, ele conserta. E ele tem um estoque de lacres, dado pelo INMETRO, para ele próprio lacrar a bomba. Portanto, é ele quem fiscaliza, é ele quem se autua, ele informa para o INMETRO que ele estava errado e, aí, o INMETRO multa. Não vai multar nunca, não multa nunca. Eu disse lá na CPI que é você colocar a raposa para tomar de conta do galinheiro. E o interessante é que o sujeito que era diretor, Superintendente do INMETRO, da região Brasília e Goiás, Deputado Carlos Santana, ele hoje trabalha para a Rede Gasol fazendo a mesma função que fazia no INMETRO antes. Ele tem lá o estoque de lacre para lacrar os postos. Quando tem algum problema, ele vai lá e arruma. Portanto, é uma situação realmente grave. Quanto à receita, à evasão fiscal no Distrito Federal, a Deputada Eurides já entrou nesse assunto, mas eu quero precisar melhor. Tenho dados da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, Deputado Carlos Santana, de 2 auditores da Receita, que estão dispostos a trazer os depoimentos e a deporem em qualquer foro. A estimativa é que somente no Distrito Federal, este ano, nós vamos ter uma evasão de 165 milhões de reais, 165 milhões de reais entre aquelas liminares que são concedidas na Justiça e entre a sonegação, pura e simples mesmo.

A SRA. EURIDES BRITO – Não há emissão de nota fiscal, não...

O SR. CHICO VIGILANTE – Hoje, dizer que a ANP fiscaliza a qualidade do combustível é uma fantasia. A Agência Nacional do Petróleo tem 55...

A SRA. EURIDES BRITO – Fiscais.

O SR. CHICO VIGILANTE – ... fiscais para todo o País. E é bom que se diga aqui, e eu quero dizer neste foro, porque esta Casa precisa tomar providência, fiscais que não são fiscais. Não é isso? Não existe um quadro de fiscais da Agência Nacional do Petróleo. São pessoas que foram guindadas àquela condição. Não tem uma lei dizendo que eles são fiscais. A mesma coisa vale para o IBAMA e cabe ao



IBAMA fiscalizar a questão do meio ambiente. Posso assegurar para os senhores aqui que, dos postos do Distrito Federal, mais de 70% não têm licença ambiental para funcionar, inclusive, postos, que estão funcionando em área de preservação ambiental e não têm a licença do IBAMA. Um que nós lacramos, antes de ontem, ele estava há 10 anos, Deputado Carlos Santana, na QI 23 do Lago Sul, há 10 anos com a licença atrasada, vencida. Portanto, é uma situação, realmente, de uma gravidade enorme. Eu conversava com a Secretária Nacional de Combustível do Ministério de Minas e Energia, que ela dizia, Deputado Carlos Santana, do esforço extraordinário que o Brasil fez no sentido de desenvolver esse setor na prospecção, alta tecnologia alcançada, e que hoje aponta que a distribuição é uma bagunça. Não é demais afirmar que existe uma máfia atuando no mercado de combustível no Brasil, uma máfia. Que máfia? Exemplo daquele Promotor que ousou investigar, lá, em Belo Horizonte, que mata. Só mais um dado, para que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Comece os debates.

O SR. CHICO VIGILANTE – É. No caso do Distrito Federal, nós temos... A gasolina mais cara vendida hoje no Brasil é para Belém do Pará, a mais barata é para Recife. A diferença entre a mais cara e a mais barata é de 2 centavos. A gasolina vendida para Goiás é 1 milésimo de centavo a diferença da que é vendida para o Distrito Federal. Isso é nada. Entretanto, em Goiás você encontrava gasolina de 1 real e 80 centavos e aqui no Distrito Federal era 2 e 35, quando iniciamos a CPI, chegando a 2 e 38.

A SRA. EURIDES BRITO – Com imposto mais barato.

O SR. CHICO VIGILANTE – E diga-se de passagem, o ICMS... A carga tributária em Goiás corresponde a 55%, 54%. No Distrito Federal é 44%. A Deputada Eurides precisou aqui a respeito do cartel — nós estamos aqui com os extratos das atas de reuniões do sindicato —, quando eles decidiram que não iam vender óleo *diesel* aditivado no Distrito Federal. O sindicato e a assembléia disseram: “Nós não vamos vender óleo *diesel* aditivado.” Quando eles decidiram também que não iam aceitar cartão de crédito. Disseram: “Não vamos vender mais com cartão de crédito.” Está ali o extrato das atas. E quando eles decidiram que iam impedir a entrada do Supermercado Extra, o Carrefour e outros que queriam construir postos de gasolina. Decidiram em assembléia, eles fizeram o projeto e conseguiram um Deputado



Distrital que apresentasse o projeto na Câmara Legislativa e aprovaram. Aqui em Brasília tem uma lei que impede supermercado de ter posto de gasolina no seu estacionamento. Isso é ou não é cartel? Isso é ou não é uma ação deliberada para impedir a concorrência? Para concluir, nos casou muita surpresa, e aí eu quero aproveitar esse que é o fórum também importante. No dia do depoimento, não é, Deputada Eurides, do representante da Gasol, e nós já tivemos oportunidade de nos manifestar ao Presidente desta Casa, chegou, não se apresentou, ficou sentado lá no fundo, junto com os advogados da Gasol, ou melhor, não era da Gasol, era do Carlos Reco, Presidente do Sindicato dos Proprietários de Postos. Um Deputado desta Casa, Deputado Severiano, chegou, ficou sentado lá, eu já o conhecia, me causou estranheza ele sentado junto com os advogados da Gasol, ou melhor, do sindicato; depois saiu lá fora e um jornalista brilhante que tem na cidade chegou e interpelou ele porque que ele estava ali. Ele disse: não, esse pessoal aí são muito amadores. E aí eu perguntei na interpelação ao Presidente do Sindicato o que ele estava fazendo lá. Disse: não, é meu amigo. Falei: é seu advogado? E ele disse, está lá nas notas do depoimento dele, que ele era advogado do sindicato. E aí nós questionamos aqui na Casa, porque nós queremos saber qual a condição que ele estava lá. E ainda para ficar tentando desqualificar o trabalho que nós da CPI estamos fazendo. Portanto, era isso que eu queria colocar inicialmente para os senhores. Está todo um roteiro colocado aqui, eu fugi um pouco do roteiro em função da possibilidade de a sessão ordinária iniciar lá, mas estou à disposição dos senhores para qualquer interpelação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero agradecer a nobre Deputada Eurides Brito e ao nobre Deputado Chico Vigilante. Primeiro, acho que esta explanação foi de extrema importância, que está no mesmo caminho que nós estamos fazendo aqui nesta Comissão. Quero dizer a Deputada Eurides, como Presidente, que nós gostaríamos de receber uma convocação, e nós iremos votar em plenário, uma visita em conjunto da nossa Comissão com a Comissão de Brasília, para visitar essas distribuidoras. Então, logo, queria que mais rápido possível fosse encaminhada para esta Comissão para colocarmos em votação da ida da nossa Comissão, junto com a Comissão de Brasília, para a gente ver *in loco* o mais rápido possível. Então, vou passar...



O SR. CHICO VIGILANTE - Deputado Carlos Santana, por falar em distribuidora, ainda tem a Minas Distribuidora, que tem sede em Uberlândia, Minas Gerais, e funciona num escritório de contabilidade aqui em Sobradinho, no Distrito Federal. Lembrava-me há pouco a Dra. Roseliane, a Federal Petros, essa que precisa ser muito bem investigada também. A sede dela é em Recife, em Pernambuco, e ela atua aqui no Distrito Federal. Fico imaginando, por que uma empresa, com sede e distribuidora em Recife, vai trazer combustível para o Distrito Federal? E está vendendo para muitos órgãos públicos aqui no Distrito Federal, inclusive Ministérios, Ministério da Educação, Banco do Brasil e outros órgãos, porque eles vendem aqui. Parece-me que ela nem... a sede nem... a Dra. Roseliane esteve lá investigando, pegou depoimento deles lá e tudo. Disse-me, em um depoimento que nós pegamos, sob juramento, de um ex-Diretor da PETROBRAS, que hoje é consultor desse setor, está nos autos da nossa CPI, ele declarou, sob juramento, que entre 30 e 50%, Deputado Carlos Santana, da gasolina vendida no Brasil hoje é adulterada — palavra do Sr. Zenildo Bezerra, entre 30 e 50% da gasolina é adulterada. Por mais de uma vez, mais de um depoimento, também sob juramento na nossa CPI deu conta de que hoje proprietários de postos vão, na usina, compram o álcool direto, o álcool anidro, que é o álcool puro, e passa no rio e ele mesmo faz a hidratação com água do rio. Por isso que muitas vezes engasga.

(Intervenção inaudível.)

O SR. CHICO VIGILANTE - O rio que não é o de janeiro, é qualquer riacho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não pode falar mal do meu Rio. Olha só, regimentalmente o Relator tem prioridade. O nobre Relator gostaria de falar, depois o nobre Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria primeiramente cumprimentar os colegas Deputada Eurides Brito, nossa Presidenta da CPI, e o Deputado Chico Vigilante, Relator da CPI do Distrito Federal. Sras. e Srs. Deputados, tenho procurado ouvir atentamente os depoimentos de todos que vêm aqui e acho que hoje nós começamos uma série rica de ouvir as CPIs dos Estados. Estamos conversando com o Distrito Federal, ainda que não conclusiva, em uma fase mais de diagnóstico, que podemos entender que não só com relação à cartel, com relação a meio ambiente, mas com relação à adulteração,



margem de lucro. Enfim, há um processo de diagnóstico ainda. Espero que ao ouvir uma CPI que foi de uma conclusão muito positiva, e que seguramente a do Distrito Federal também o será, que é a do Estado de Pernambuco. E nós estamos convidando o Relator para que venha aqui também falar, porque lá já foi conclusiva, e com algumas ações que melhoraram a situação, como essa bem levantada aqui do Deputado Luciano Zica com relação aos supermercados e postos de gasolina. Lá, a Secretaria da Receita Federal Estadual já fez uma portaria que coibiu esse tipo de ação e resolveu o problema. Então, queria pedir ao Deputado Chico Vigilante, ao cumprimentá-lo e aos colegas Deputados, repetindo o que falei ontem, que o relatório, a relatoria e o relatório vão ser os mais abertos e vão ser feitos a muitas mãos, porque essas mãos do Deputado Chico Vigilante, que fez a CPI, como o Deputado Augusto Campos, que foi o Relator da CPI e mais os seus Deputados em Pernambuco, como a de São Paulo, como a Rio e outras mais, vamos levar em conta todas elas. Agora, é importante, Deputado Chico Vigilante e Deputada Eurides, que nós tenhamos muito cuidado e a felicidade de sairmos dos diagnósticos. Diagnóstico, e realmente a imprensa tem nos ajudado muito, o diagnóstico está aí. Agora, temos que aprofundar nas causas e apontar soluções para as causas, solução das causas que realmente permitem esse tipo de formação de cartel de adulteração. Seguramente não vai ser com 55 fiscais que a ANP vai fazer fiscalização em 30 mil postos, nem o INMETRO, da mesma forma. Temos que buscar as soluções jurídicas mais perfeitas, Legislativo e Executivo mais apoiados e sobretudo, tecnicamente, tenho insistido nesse aspecto, como marcação de combustíveis, que o mundo evoluído já faz — países como a Suécia não produzem 1 litro de combustível, compram todo o combustível; no entanto, não tem adulteração, porque todo ele é marcado e assim outros países também já tem da mesma forma. Precisamos é ser agora é pró-ativos. Quero cumprimentá-los, não tenho pergunta a fazer a não ser que a gente trabalhe juntos e convidá-los a trabalhar juntos, porque a fase de diagnóstico, nós também estamos nela e queremos partir depois para a parte propositiva. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Com a palavra a Deputada Eurides.



A SRA. EURIDES BRITO - Eu gostaria de dizer que nós estamos trabalhando e fazendo também algumas proposições, antes do próprio encerramento em casos que já estão assim tão patentes. E uma delas está sendo a elaboração de um projeto de lei para determinar que sejam lacrados e numerados os encerrantes das bombas de combustíveis dos postos localizados no Distrito Federal, porque o problema dos encerrantes, ficou patenteado que aí é que há também uma verdadeira evasão, quer dizer, a pessoa ou o consumidor está sendo logrado muitas vezes. Ele abastece pensando que no tanque de gasolina do seu carro entrou uma determinada quantidade do combustível e realmente não entrou e já há um projeto de lei que nós estamos já com ele preparado lá na Câmara para poder ver se já conseguimos evitar que haja essa violação do lacre, a adulteração, ligando o problema deste encerrante a uma fiscalização e a uma exclusividade de trabalho da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Presidente, queria aproveitar...

O SR. CHICO VIGILANTE - Deputado Carlos Melles, só com relação à questão do combustível marcado, inclusive algumas distribuidoras grandes já estão usando — a Texaco já tem. Às vezes estão usando outro mecanismo também quando eles descobrem um posto que está comprando gasolina, um posto de bandeira deles — e aqui no Distrito Federal já tem 2 —, eles estão usando um mecanismo chamado trava eletrônica, que impede que o tanque seja aberto para colocar combustível de uma outra distribuidora. Agora, o que eu achei mais grave, Deputada Eurides, Deputado Carlos Santana, Deputado Carlos Melles, é que tem um juiz que deu uma liminar para uma distribuidora proibindo a outra distribuidora de usar a sua marca, o seu solvente, na gasolina, que é quem marca, não é? Portanto, esse juiz está colaborando com a fraude. Ele deu uma liminar para impedir que a distribuidora continuasse usando o solvente, não é, de marcação da... Eles estão chamando de marca mesmo. É aquele DNA da Shell.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está bom. Então, vamos passar...

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Deputado, eu só queria dizer que, da mesma forma que a CPI do Distrito Federal, como outras CPIs, à medida que puder ir colaborando — eu digo aí é colaborando com a sociedade brasileira —, de



antecipar soluções — não é com o Governo, não é com a Casa, eu digo claramente, aí é com a sociedade brasileira —, a CPI também está fazendo, e com conhecimento de todos os companheiros, colegas Parlamentares, como nós já dissemos aqui desde o início. A ação de constitucionalidade da CIDE já foi levada ao Executivo, e é uma medida que o Executivo já pode fazer antes da conclusão da CPI. A unificação tributária também é uma ação do Executivo, e ele já pode fazer sem que obviamente a CPI seja conclusiva. Com ações como essa, e aí eu já falei, *en passant*, mas percebi também que era preciso ter um rito sumariíssimo na execução do fechamento, de onde for descoberta a adulteração — fechamento sumário, rito sumário. E que o Executivo possa, aí o Legislativo e o Judiciário, dar essa cobertura para que realmente não fosse reincidente. Quer dizer, a terceira vez que aconteceu, fecha-se e... lacrado. Porque senão não vai coibir. Na realidade, ações como essa, se não forem absolutamente intempestivas e fortes, sobretudo no caso da adulteração, não haverá respeito e a sociedade vai ser sempre passada para trás. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA - Sr. Presidente; nosso Relator, Deputado Carlos Melles; os expositores, Deputada Eurides, Deputado Chico Vigilante; nós estávamos aqui acompanhando atentamente e, na linha do nosso Relator, que eu acho bastante importante, nós temos que já pensar e construindo as soluções frente às colocações preocupantes, diga-se de passagem, a exemplo do que nós ouvimos na questão do INMETRO — até com quem nós temos convivência, na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente, Minorias —, este Parlamentar quer sugerir aqui, oportunamente, através de um requerimento, um convite, por exemplo, ao Diretor de Meteorologia do... para que viesse aqui também dar explicações, responder frente aos questionamentos que aqui foram feitos, e para nós irmos alicerçando e construindo uma solução, para, posto, colocado os problemas... E acho que já é momento de nós começarmos a construir soluções. E, dentre elas, eu acho que seria interessante nós fazermos um convite ao Diretor de Meteorologia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero passar para os nobres depoentes que nós vamos fazer bateria de 3 Deputados e depois vocês respondem. Nobre Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de apresentar meus cumprimentos aos nossos ilustres convidados e aos integrantes da Assembléia Legislativa do Distrito Federal por terem criado, com objetivo semelhante ao desta Comissão, a CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal para investigar a ocorrência de operações ilícitas no setor de combustíveis, no âmbito do Distrito Federal. Esclareço que o convite formulado a V.Exas. decorreu da aprovação do requerimento de minha autoria, deve-se ao fato de a imprensa ter publicado, no dia 22 de maio, matéria noticiando que a CPI presidida e relatada por V.Exa. havia solicitado à Secretaria de Segurança Pública proteção policial para o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Postos de Gasolina do Distrito Federal, Raimundo Miquilino, e sua família, em virtude de o mesmo ter sido ameaçado de morte após denunciar o esquema de cartelização de preços praticado por postos locais. Foi noticiado também que V.Exa., ilustre Deputado Chico Vigilante, também recebeu ameaça e pediu reforços na sua segurança. Informou ainda a imprensa que a CPI pretendia repassar as informações até então recolhidas para a Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça para tentar transformar em provas materiais o conteúdo do que já foi apurado. Foi ainda divulgado que empregados da rede de postos Gasol, convocados para depor, deixaram de fazê-lo, respaldados em liminares obtidas aqui, no Distrito Federal. Ontem, dia 25, a imprensa noticiou que V.Exa, Sr. Relator, acompanhou as diligências realizadas pelos agentes da DECOM, fiscais do IBAMA e da ANP, que resultaram na interdição de 3 postos de gasolina da Rede Gasol, no Distrito Federal, que funcionavam sem licença ambiental. Esses postos teriam sido multados, e o sócio do grupo, Sr. Luiz Imbroisi Filho, teria sido preso, autuado e liberado mediante fiança. Considerando serem comuns os objetivos da nossa CPI e a gravidade das denúncias veiculadas, considerei ser fundamental a presença de V.Exa. em nossa Comissão para, em reunião — e aí, Sr. Presidente, foi em reunião secreta —, fornecer o conteúdo parcial dos fatos já apurados no âmbito do Distrito Federal, esclarecer quanto à veracidade e as circunstâncias das ameaças feitas contra o



depoente, a depoente e o nobre Relator. Estou certo que o esclarecimento de V.Exas. poderão ser bastante oportunos para o andamento dos nossos trabalhos. Não tenho dúvida de que as explicações, as exposições feitas aqui foram elucidativas. Eu tinha alguns questionamentos a fazer, mas já foram todos aqui colocados. Não sei se o Deputado Chico Vigilante tem interesse em colocar mais alguma coisa, em uma reunião aberta como esta, ou se seria necessário transformar esta reunião em uma reunião secreta, caso V.Exa. tenha alguma outra coisa a colocar que não tenha sido colocada aqui para todos nós, abertamente.

O SR. CHICO VIGILANTE - Ah, não tem. Nós queremos colocar tudo abertamente. Até porque é o enfrentamento direto que o cartel vai temer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Se é isso, nós temos que louvar e agradecer a presença. Foi realmente bastante elucidativa, que vai contribuir com a nossa Comissão aqui. E tenho certeza de que os resultados que serão obtidos vão nos ajudar — e muito. E, Sr. Presidente, eu queria realmente parabenizá-lo por ter convocado aqui, convidado os depoentes que aqui estiveram hoje, e foi realmente... E nós vamos ter muitos ensinamentos, tirar muitos ensinamentos desta CPI. E o resultado dela vai contribuir muito para que a nossa também seja de pleno êxito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Antes de passar a palavra ao nobre Deputado Eduardo Cunha, quero dar uma informação que... Recebi uma informação da minha liderança e gostaria que os outros Líderes e os Vice-Líderes que estão aqui confirmassem, porque as CPIs vão funcionar — as CPIs vão funcionar. Então, eu gostaria que, depois de terminar esta reunião, nós, aqui, aqui mesmo, a gente decidisse o rumo que nós vamos dar a partir da convocação, entendeu? Porque as CPIs vão funcionar — pelo menos essa é a informação da minha liderança. Gostaria que os outros... Porque aqui nós temos Vice-Líderes, era importante os Vice-Líderes também se informarem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Há.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Após nossa conversa ontem, eu conversei com o nosso Líder José Carlos Aleluia e ele confirmou realmente que o Presidente irá convocar as 5 Comissões. Então, nós vamos ter um funcionamento



normal. Então, nós vamos ter que definir qual será o funcionamento no mês de julho, que é um mês como outro qualquer, embora esteja em convocação extraordinária. Então, qual é o andamento, dentro daquilo que nós conversamos, do que já for... as pessoas que já foram... aprovado o requerimento, ver as prioridades... e convocar para que essas pessoas venham aqui e ver o andamento que vamos dar à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Obrigado, nobre Deputado. Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimentar os ilustres Parlamentares aqui do Distrito Federal — Deputada Eurides Brito, Deputado Chico Vigilante —, não só pela brilhante exposição, como pelo brilhante trabalho que vêm fazendo, como está demonstrado aí, mostrando que efetivamente quando se unem para fazer um trabalho sério, os resultados logo aparecem. E a CPI do Distrito Federal está de parabéns até agora. Não teria nem propriamente uma dúvida, visto que os trabalhos desta Comissão estão em andamento, mas eu pediria ao Deputado Chico Vigilante que falasse um pouquinho mais sobre esse problema do cartel, de colocar praticamente os donos de postos como empregados. Nós já havíamos recebido denúncias acerca disso — o caso que ele citou de Shell, Texaco, Esso —, inclusive de as próprias distribuidoras serem donas dos postos de gasolina e terem disfarçadamente... alguns gerentes, na realidade, foram transformados em empregados. Então, eu gostaria que o Deputado Chico Vigilante, que passou *en passant* sobre esse assunto, se ele pudesse falar um pouco mais o que esta Comissão já apurou acerca disso, seria bastante ilustrativo para que os nossos trabalhos aqui também pudessem considerar esse tema, que é um tema muito relevante, já que nós sabemos que o Ministério Público tem 8 ações de formação de cartel contra empresas do SINDICOM. Inclusive acho que há requerimento aqui convocando os procuradores para falar sobre essas ações. E como esta CPI está investigando a cartelização de uma forma séria, nós gostaríamos que o Deputado Chico Vigilante pudesse falar um pouco mais sobre esse tema bastante interessante. Muito obrigado. No resto, ficam os meus cumprimentos e os agradecimentos pelo trabalho que eles estão fazendo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - O posterior seria o nobre Deputado André Luiz, que não se encontra presente; o Deputado Paulo Rubem, também; Nelson Bornier; sou eu — mas a minha pergunta já foi feita por outro Parlamentar —; Luciano Zica; Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, na verdade, nós queremos, primeiro, parabenizar o Deputado Chico Vigilante — sabemos sempre estar vigilante nas suas ações —, parabenizar também a Deputada Eurides Brito pelo trabalho feito. Nós tínhamos informação, em determinado tempo, que na Assembléia Legislativa Distrital se debatia, se discutia as concessões em Brasília para a colocação de postos de gasolina. Eu tenho uma curiosidade a CPI chegou a fazer essa investigação mais profunda? Quer dizer, dentro do Governo, como é o procedimento da concessão de postos — localidades, regiões, ruas, enfim, localidades de Brasília que não eram destinadas originalmente para postos de gasolina e que em determinado momento apareceu. Eu sei isso porque eu moro lá em Taguatinga, e na minha região ali não estava previsto posto de gasolina. De repente apareceram assim, de uma hora para outra, 4 postos de gasolina assim num improviso, um em cima do outro. Absolutamente não tenho nada contra. Mas a conversa que se estabelecia é que houve ali uma mudança de destinação de área. E que essa mudança de destinação de área teria sido feita assim meio a toque de caixa, enfim, com alguma situação não muito bem explicada. Então, esse é o primeiro questionamento que eu quero fazer. Segundo, em relação à questão do INMETRO, eu acho muito grave a afirmação feita em relação ao IMMETRO. E nós precisaríamos que a CPI — eu não sei como é que o Presidente vai encaminhar a questão —, se nós... a CPI não terminou ainda. Consequentemente, ela não tem relatório. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - É isso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas que pudesse mandar para nós uma espécie de relatório para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Já está aqui.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Já está aqui o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Chegou agora.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ah, chegou. Que bom. E nós pudéssemos ter aí uma análise específica dessa questão do INMETRO, porque é um órgão que tem credibilidade, e que, se está agindo dessa forma, é muito grave. É muito grave. Aí a gente começa a entender, ou se explicam algumas coisas que estão acontecendo. E eu sou parceiro de quem — não me lembro quem — me antecedeu no sentido de convidar o representante do INMETRO para vir dar as devidas explicações na Casa. E, por último, em relação ao proprietário da Gasol, ele foi ouvido na CPI? O depoimento dele consta nesses documentos que estão sendo remetidos à nossa Comissão?

A SRA. EURIDES BRITO - Os depoimentos ainda não estão sendo encaminhados à Comissão. Nós estamos encaminhando à Comissão documentos obtidos de atas do sindicato que demonstrariam essa formação de cartel, mas não trabalhamos. Mas se a Comissão desejar e requerer qualquer um dos documentos que nós temos, nós temos o prazer de encaminhar.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu gostaria de formular esse requerimento se a assessoria me auxiliasse. Eu quero subscrever um requerimento exatamente no sentido de solicitar formalmente à CPI cópia principalmente do depoimento do proprietário da Gasol e dos depoimentos conexos, que digam respeito ao depoimento dele, ou seja, pessoas ligadas à Gasol, os que denunciam a Gasol e a própria defesa da Gasol. Ou seja, os depoimentos envolvendo a Gasol, a favor ou contra, enfim, defesa, ou que apontam irregularidades, exatamente para nós termos uma leitura prévia para que possa isso nos auxiliar aqui no trabalho, porque eu não tenho dúvida que ato contínuo... e eu já quero também pedir à assessoria para me auxiliar, fazendo um requerimento convocando para, no tempo oportuno, o proprietário da Gasol vir a esta CPI, não é, Sr. Presidente, prestar os esclarecimentos que nós entendemos necessários. Enfim, porque nós vamos nos valer do trabalho, que eu acredito que seja um trabalho importante, bom, necessário, mas que talvez haja condições de avançar mais ainda a partir do trabalho já feito com o conhecimento que vamos ter de causa em função da colaboração que nós vamos receber da CPI para nós darmos esse seguimento e avançar o máximo que pudermos avançar exatamente para desmontar esses cartéis que acontecem aqui em Brasília, mas que Brasília não precisa se gabar, porque não é só aqui que



acontece. Acontece em todos os Estados, se é que dá para se gabar de um cartel dessa natureza. Ou seja, não é privilégio nem é defeito de Brasília. Todos os Estados têm esse problema. Muito obrigado.

O SR. CHICO VIGILANTE - Eu vou responder aqui as perguntas que me tocam. Depois a Deputada...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, pela ordem. Antes de o Deputado Chico Vigilante responder, eu, na minha fala, esqueci de fazer uma pergunta. Uma coisa me intrigou, Deputado Chico Vigilante. Na sua fala, V.Exa. colocou que um ex-diretor da PETROBRAS dá assessoramento, pelo que eu entendi — não sei se é isso —, a esse grupo de postos ou um sindicato de...

O SR. CHICO VIGILANTE - Entendi. Vou explicar melhor isso aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu gostaria que explicasse, porque a PETROBRAS já veio aqui. Já estiveram aqui conosco dois diretores, e nós vimos perfeitamente que eles vieram combinados — o primeiro com o segundo —, dizendo nada e coisa nenhuma. Um disse nada, o outro disse coisa nenhuma. E nós estamos vendo agora que a PETROBRAS, que podia ser realmente um grande esteio de informações, de coisas para esta CPI, hoje passa a ser, depois das suas colocações aqui — com um ex-diretor envolvido —, pode passar a ser a grande vilã nesta CPI. Portanto, gostaria que V.Exa. colocasse claramente essa coisa para que a gente entendesse melhor.

O SR. CHICO VIGILANTE - Está certo. Deputado José Carlos, nós vamos encaminhar ainda hoje a esta CPI — Deputada Eurides —, o contrato...

A SRA. EURIDES BRITO - Já foi também. Já entreguei aqui.

O SR. CHICO VIGILANTE - Já está entregue aqui o contrato formado entre a BR Distribuidora — eu estou falando da BR Distribuidora — e a Rede Gasol. Esse contrato, tinha um cidadão... São dois, um chamado Zenildo Bezerra, que hoje mora em Recife e presta assessoria ao SINDISCOM, Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis, nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Nós fomos em Recife ouvir ele. E ele teve que prestar o depoimento lá sob juramento na Assembléia Legislativa lá de Pernambuco. Eu perguntei até algumas coisas, tipo o salário que ele ganha do SINDISCOM. Ele disse até que não é tal alto — é 7 mil reais — para todo o trabalho que ele faz. Ele era gerente comercial da BR Distribuidora das Regiões Centro-



Oeste e Norte do Brasil, e até Manaus. O nome dele é Zenildo Bezerra. E tem o José Miguel Simas, que era gerente de automotivos. E foram eles que elaboraram esse projeto — segundo ele, levou dois anos a elaboração desse projeto —, e eles convenceram a direção da BR Distribuidora a assinar esse contrato, que nós entendemos que é lesivo ao consumidor, lá no Rio de Janeiro. Nós estamos entendendo que é lesivo. A PETROBRAS diz que não é, mas eu continuo achando que é, eles vão ter que provar que não é. Esse contrato — e aí os senhores, analisando o contrato, vão poder verificar melhor —, ele tem um negócio chamado “encontro de galonagem”. Como é que é esse contrato? A BR tinha no Distrito Federal, dela, propriedade dela, me parece que 26 postos, se não me falha a memória, e a Gasol tinha 16. No contrato está previsto que, ao final do mês — enfim, tem uma margem lá, e aí, no contrato, vai estar explicado direitinho —, ao final do mês comparava a gasolina vendida nos postos da BR, que já era de propriedade da BR, que ela passou para a Gasol, e a gasolina vendida nos postos da Gasol, que também viraram bandeira BR. Se desse o encontro, tudo bem, se não desse, tivesse vendido menos, a BR cobria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Vinte e Seis postos da BR foram arrendados à Gasol.

O SR. CHICO VIGILANTE – Exato. E as da Gasol arrendados para a BR. Você entendeu? É complexa a coisa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sim, então eles ficaram sócios.

O SR. CHICO VIGILANTE – Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – BR com Gasol?

O SR. CHICO VIGILANTE – É, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Então, na verdade, a adulteração que foi constatada aqui não é só da Gasol, é da BR também.

O SR. CHICO VIGILANTE – Veja bem, por que nós chegamos nesse contrato? Porque tinha um cidadão, um proprietário de um posto, Deputado José Carlos, ali em Taguatinga, o cidadão tinha um único posto, um postinho lá...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Mas isso nem é sócio, isso é a mesma coisa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Eu peço silêncio.

O SR. CHICO VIGILANTE – Mas deixe eu explicar. Tinha um cidadão, viu, Deputado José Carlos? Essa informação é importante. Tinha um cidadão, Dr. Aloísio, ele era proprietário de um posto — Deputado Pompeo de Mattos, que mora em Taguatinga, viu, Deputado Pompeo de Mattos? —, aquele posto ali, vindo de Taguatinga para cá, o primeiro posto BR, que está vendendo hoje a 1,87, ele era de propriedade de um engenheiro. Ele tinha dois postos na verdade: um no centro de Taguatinga e aquele ali, chamado Posto do Governador, é um posto BR. Está lá. Pois é. Aí ele pegou, quando viu esse contrato da BR com a Gasol, ele foi lá e disse, entrou com um requerimento dizendo: “Eu quero o mesmo contrato. Eu quero, é bom, é bom para a Gasol é bom para mim”. Aí, a BR Distribuidora disse que não, que o contrato era feito com a Gasol, porque a Gasol era uma grande. Ele disse: “Mas eu sou pequeno, eu também quero”. E aí não concederam. Ele entrou na Justiça. Ele morreu na tramitação, de desgosto, de tudo, na tramitação do processo, mas o filho dele, o Márcio, resolveu continuar com o processo. A maioria das informações — viu, Deputada Eurides? — que nós recebemos, foi o Márcio que depôs, porque ele diz que é uma questão de honra à memória do pai dele. Que ele atribui a morte do pai dele a esse contrato. E ele foi e contou tudo, e passou a cópia do processo. Inclusive esse processo, que é um processo dele e do posto, movido contra a BR, e aquele escritório de advocacia que eu falei aqui, do Marcelo Bessa, foi lá no Tribunal, que não tinha a ver com o contrato, aquela zona não tinha nada a ver, foi lá e fotocopiou o processo, dentro do Tribunal, sem autorização, sem nada. Quando foi agora, Deputado José Carlos, eles ganharam na Justiça o direito de comprar do mesmo valor que a BR estava vendendo para a Gasol. É isso que faz com que ele hoje esteja vendendo gasolina a 1 real e 87 centavos, porque ele hoje está nas mesmas condições. E mais, eles ficaram, Deputado José Carlos, o depoimento dele está lá, gravado... A BR estipulou uma norma, que só vendia para ele à vista. Quer dizer, ele tinha que pagar antes, para receber depois.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Venda antecipada.

O SR. CHICO VIGILANTE – Venda antecipada. Mesmo ele pagando antes para receber depois, tinha vez que atrasava 2, 3 dias para entregar a gasolina para ele, já paga. Nunca trocaram as bombas dele, está lá aquelas bombas antigas. Está



lá, não trocaram. O posto foi deteriorando, mas ele se manteve firme. Agora, a BR tomou a deliberação de reparar, enfim, corrigiu o posto e tudo. São essas as informações.

A SRA. EURIDES BRITO – Mas há uma... Só um acréscimo, Deputado Chico Vigilante, que quem deferiu o pedido para esse dono, proprietário do único posto, foi a pessoa que ajudou a elaborar o contrato da Gasol. Para o outro indeferiu, e hoje é um funcionário da Gasol.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Deputado Chico Vigilante, o seu depoimento aqui é muito útil, porque fica provado aqui para nós, hoje, que os grandes, a Distribuidora BR é a maior distribuidora do Brasil, se junta com o maior dono de posto, pelo menos no Distrito Federal, para esmagar os pequenos. É isso que está provado, e que nós já sabíamos. Em todos os Estados acontece que os grandes distribuidores se unem, como disse o Sr. Presidente, a outros grandes, seja de postos, seja lá do que for, para esmagar os médios e pequenos, tanto nos postos de gasolina, como...

O SR. CHICO VIGILANTE – Eu digo a V.Exa., se a BR estender esse contrato para todos os postos no Brasil, vai cair o preço em todo o País. E vai enfrentar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ficou provado também que a BR tem a chave para abaixar o preço da gasolina no Brasil, e não o faz porque não quer.

O SR. CHICO VIGILANTE – Com relação às ameaças, Deputado José Carlos, nós temos uma companheira sindicalista, Dona Mariazinha, ela é Presidente do Sindicato dos Taxistas do Distrito Federal. Os taxistas do Distrito Federal, eles têm 2 postos de gasolina, têm um aqui na 302 sul e têm um posto lá no aeroporto, um ponto de apoio dos taxistas. Aí, ela assumiu recentemente a direção do Sindicato, um pouco mais de um ano, analisou e disse: “Eu vou vender gasolina mais barato”. E ela tem uma concessão para vender gasolina para quem quisesse. Aí, o cartel foi lá, representado pela Gasol, e disse para ela: “Olha, você pára com essa brincadeira, porque se você continuar vendendo mais barato do que nós, nós vamos lhe quebrar, nós vamos botar o posto dali para vender mais barato, ainda vamos lhe desmoralizar perante os taxistas, dizendo que você está lesando eles”. Aí,



ela pensou com a diretoria do sindicato o que fazer. Ela tomou a deliberação de colocar uma placa lá no posto, é o Posto São Cristóvão, ali no aeroporto, dizendo que é venda exclusiva para taxista, para poder continuar vendendo mais barato. Aí o cartel se conteve. Quando ela prestou esse depoimento lá na CPI, ela falou: “Eu vou depor, desde que eu saia daqui com segurança”. Aí, nós pedimos segurança para ela. Depois, o Raimundo Miquilino prestou um depoimento perfeito também, boa parte das informações que a gente tem foi passado por ele. Aí, fizeram um telefonema de um orelhão lá do estádio de Sobradinho, que é uma cidade-satélite, dizendo que iam matá-lo. Aí, nós pedimos segurança para ele também. A Deputada Eurides já falou de um outro proprietário de posto, que depois, para gente, de maneira reservada, em depoimento de uma gravidade enorme, porque ele também foi prejudicado, ele disse, inclusive, que chegou ao ponto de ter que — isso está no depoimento dele — indenizar traficante, para poder assumir o posto dele. Pagou 70 mil reais para um traficante que tinha ocupado o pedaço ali. É, para livrar, ele teve que pagar 70 mil reais. Era uma espécie de loja de conveniência da droga. Ele teve que pagar, para poder... Setenta mil reais. Esse, os caras ameaçaram de morte e deixaram o recado na secretária eletrônica do telefone. Nós exibimos na CPI. Com relação à ameaça de que eu fui vítima, um dia, à tarde, o pessoal telefonou dizendo que eu estava... textuais, conversaram com a secretária de meu gabinete, companheira Míriam, minha assessoria, e falou: “Olha, você fala para o Deputado Chico Vigilante tomar muito cuidado, que ele está mexendo com gente muito perigosa, e eles contrataram 3 pistoleiros, um já está em Brasília, para matar o Deputado Chico Vigilante, matar a Deputada Eurides e matar o Deputado Pedro Passos. Aí, eu até falei: “Mas matar os 3, por que não mata só um?” Aí, nós mandamos rastrear esse telefone. Por incrível que pareça — está ali a Dra. Roseliane me olhando —, ele vem de um orelhão do pátio de um posto da Gasol, aqui na QI 23 do Lago Sul, que foi fechado, porque não tem licença ambiental. Quem foi telefonar de lá, ou se foi para intrigar ele com a gente, eu não entro em detalhe. Agora, foi de lá que saiu o telefonema, desse orelhão. Esse processo da Texaco, perguntado pelo Deputado Eduardo Cunha, só ontem eu tive acesso a esse processo, Deputado. O processo é muito denso. Nós vamos oferecer ele por completo para a CPI, para que V.Exa. faça uma análise profunda, porque é grave.



Inclusive, Deputado Carlos Santana, tem dentro do processo uma notícia de que eles estariam — a Texaco, a Esso, junto com o Banco Itaú —, estariam fazendo remessa ilegal de dólares para o exterior, está no processo, que tem uma auditoria que foi feita pelo Banco Central do Brasil. Eu já tentei, ontem, fazer contato com o Banco Central. Estão alegando sigilo bancário. Acho que nesse caso de crime não pode ter sigilo bancário. E acho que V.Exas., de posse daquele processo, vão poder pedir ao Banco Central que encaminhe a investigação que foi feita pelo Banco Central, que mostra uma triangulação feita por multinacionais, remetendo, de forma ilegal, divisas como se fossem lucros para os diretores dele lá no exterior, enquanto expoliam a gente aqui dentro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Só para lhe auxiliar, Deputado, nós fizemos aqui já, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, uma audiência pública sobre esse tema que esteve presente o Banco Central, estiveram presentes vários segmentos e as próprias empresas – Banco Itaú, Esso –, foi feito um requerimento de um outro Parlamentar e eu assisti. Ficou comprovada a sonegação e, fruto disso, o Banco Central chegou a mudar as normas em 2000, porque eles recolhiam os cheques dos postos de gasolina e entregavam direto aos fornecedores da Esso, nesse caso, sonegavam a CPMF. Só que o Banco Central e a Receita Federal autuou apenas a passagem do posto para a Esso. Não autuou a passagem dos consumidores dos postos que entregavam cheques para qualquer um. O senhor, eu, que vamos ao posto de gasolina, damos um cheque para encher o tanque, esse cheque ia parar até numa conta de remessa para o exterior, burlando toda a CPMF da cadeia. E tem condenação criminal já. O processo, que corre em segredo de Justiça, que nós requeremos já pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle é o processo da condenação dos diretores do Itaú e da Esso. E existem autos de infração que foram perdidos já praticamente administrativamente em 3 instâncias, e essa condenação criminal é fruto do processo de sonegação. Então, já há documentos para chegar... que nós ofereceremos à Comissão de V.Exa., e o caminho é esse mesmo. Isso foi apurado apenas no caso da Esso, mas essa prática era comum com todas as empresas, grandes distribuidoras, que tinham postos de gasolina, que usavam para o pagamento direto da PETROBRAS, que



fornecia o combustível. Então, há uma cadeia de burla, de sonegação, que acabava refletindo nas transferências para o exterior.

O SR. CHICO VIGILANTE – Antes de passar a palavra à Deputada Eurides Brito, só para precisar a questão do Instituto Nacional de Pesos e Medidas. É fundamental que isso fique... Porque está na hora, sabem, de o servidor público parar que querer encobrir irregularidade. Existe toda uma movimentação hoje de agentes públicos que tentam mascarar a realidade. Você sabe, apura as coisas e depois dirigentes dos órgãos, que têm por obrigação zelar pela moralidade, ficam tentando dizer que não é aquilo. Vou precisar o que acontece hoje com o INMETRO. Quando estou dizendo que ele não tem o quadro de fiscais, porque nós ouvimos — não é, Deputada Eurides, e deu trabalho para a gente ouvir — um fiscal do INMETRO. Nós ouvimos; ele chegou lá tremendo, suando, e ele contou o intestino da coisa. Como é que é feito hoje, nas grandes redes, pelo menos? O cidadão que era diretor do INMETRO, do Distrito Federal e Goiás, na verdade, a sede era em Goiás, passou a ser funcionário da Rede Gasol para fazer a mesma coisa que ele fazia antes, que é aferir as bombas. E a Rede Gasol montou uma oficina, um grupo para consertar as bombas, e ele é o supervisor. Um dia, o cidadão recebeu, um fiscal do INMETRO, Deputado Carlos Santana, uma denúncia de um posto no Guará, de que ele não estava legal, estava tendo problema. Ele pegou e, por conta dele, imediatamente ele se deslocou para lá, disse: “Hoje eu vou dar um flagra, hoje eu dou o bote”. Quando ele chegou lá, a equipe de manutenção da Gasol já estava fazendo o conserto das bombas. Aí ele disse: “Diabos, alguém avisou”. Aí ele passou a se interessar por esse assunto. O INMETRO entrega os lacres para a equipe de manutenção da Gasol e de outras grandes redes, o lacre fica com eles. A equipe de manutenção da Gasol vai lá, ela faz o conserto das bombas, afere se está correto ou não e depois ela lacra com o lacre do INMETRO, não é o fiscal do INMETRO, são eles, os funcionários da Gasol, que lacram e fazem um relatório para o INMETRO, dizendo como estava a situação. Pergunto aos senhores: um funcionário da Gasol, sob risco de ser demitido, ele vai passar uma informação para o INMETRO, dizendo que encontrou uma diferença lá? Aí, a Deputada Eurides até brincava conosco, dizendo: “Chico, agora eu descobri, por isso que eu chegava em casa e meu marido reclamando que a gente tinha que ajustar o motor do carro,



porque estava bebendo muita gasolina”. É porque você passa no posto, corre o risco de botar 20 litros e só ter entrado 18. É esse o problema. Portanto, o INMETRO precisa contratar fiscais e precisa, Deputado Carlos Santana, imediatamente acabar com essa imoralidade. É uma promiscuidade o que o INMETRO está fazendo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Deputado Chico Vigilante,...

O SR. CHICO VIGILANTE – Só para... Na questão do IBAMA, quando eu disse que o IBAMA não tem quadro de fiscais é porque não tem. Eu fui procurado, Deputada Eurides, por fiscais do IBAMA, hoje, que estão exercendo a função de fiscal, mas que não são fiscais, são companheiros valorosos, trabalhadores, mas que precisa ser regularizada a situação deles. São agentes de vigilância e outros funcionários, de outros Ministérios, que foram recrutados para o IBAMA e estão fazendo o serviço, com carteira de fiscal, mas não são fiscais. Então, é preciso fazer o quadro de fiscais do IBAMA. E agora o IBAMA está fazendo uma coisa que eles estão achando ruim: é que, para resolver a situação, resolveram abrir um concurso para doutores. E aí os fiscais atuais, que foram as pessoas requisitadas de outros Ministérios para irem para lá exercer a função, estão dizendo: “Eu quero ver como é que aqueles doutores vão exercer a fiscalização em alto mar, que eles não conhecem nada, quero ver como é que eles vão fiscalizar a Amazônia, que eles não conhecem nada”. Portanto, o pessoal está lá, os que foram conosco, Josias, todos, são esses que foram requisitados. Agora, eu não tenho um quadro de fiscais tipificado na lei, isso não existe. E isso é grave, porque alguns espertos já estão descobrindo isso e estão entrando na Justiça e derrubando as multas, porque é passível de derrubar as multas.

A SRA. EURIDES BRITO – Partindo da resposta do Deputado Pompeo, que fiquei muito contente de saber que mora em Taguatinga, é morador de Taguatinga, porque, via de regra, o Plano Piloto só é a área do Distrito Federal conhecida pelos nossos Parlamentares. Eu o congratulo. A Lei Orgânica do Distrito Federal tinha um artigo que permitia expressamente aos Deputados fazerem mudança, alteração de destinação de área simplesmente por projeto de lei. Apresentava projeto de lei, lei aprovada e então poderia fazer a transformação. No mês de novembro do ano passado, o Governador Roriz enviou à Câmara uma mensagem, pedindo que a Câmara, os Poderes independentes, reexaminasse aquilo e tomasse a iniciativa de



excluir esse artigo da Lei Orgânica pelo menos enquanto a cidade ou o Distrito Federal, como um todo, tenha os seus planos diretores aprovados. E, só depois de todos os planos diretores aprovados, estabelecer uma regra de como se poderia pleitear o problema de alteração da destinação de áreas de terrenos. Deu um mal estar muito grande na Câmara, no ano passado, uma situação até inusitada, porque Deputados novos, eleitos, que só assumiriam em janeiro, foram à Câmara apelar para que nós, os antigos, que já estávamos lá, não votássemos aquela solicitação governamental. Mas, finalmente, no mês de dezembro foi votada e hoje não cabe mais ao Parlamentar votar a mudança de destinação de área. Mas isso prevaleceu desde a Lei Orgânica até dezembro agora, passado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Permita-me dizer que fico contente com essa definição, até porque moro em Águas Claras, moro ali atrás da residência do Governador, e os comentários que corriam eram desairosos, exatamente no sentido de que havia negócios ou negociatas para redestinar áreas, ou seja, alterar a destinação das áreas iniciais, que seriam áreas residenciais, áreas comerciais, para áreas de postos de gasolina. E que isso aí estaria causando um mal-estar muito grande e que, sem um plano diretor, quer dizer, começa a criar uma situação inusitada na cidade de um descontrole, porque não há um plano estabelecido, não há uma regra, altera-se o sabor da conveniência ou da convivência. Porquanto, eu quero saudar como positivo. É um avanço e eu acho que, nesse patamar aí, nós já matamos a charada. Não vai ter mais postos em qualquer lugar, de qualquer jeito, de qualquer forma, por qualquer um. Ou seja, vai ter regras estabelecidas.

A SRA. EURIDES BRITO - Desde dezembro alterou-se esse artigo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Muito obrigado. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Eu queria passar a palavra para o nobre Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento aqui a Presidente da CPI aqui de Brasília, nossa colega Eurides, a qual tive a honra de compartilhar com ela aqui no passado; o Relator, Deputado Chico Vigilante, também nosso colega. Sr. Presidente, eu acho que ambos trouxeram aqui para nós importantes informações. Não tenho dúvida de que



uma reunião conjunta, tanto da Comissão de Brasília como a nossa, seria de fundamental importância até porque nós podemos trocar informações e isso vai ser importante também para que nós possamos avançar e também eles, diante do que nós já temos. Mas eu acho que uma das coisas, Presidente, que me deixou realmente perplexo foi essa questão dos lacres, realmente, do INMETRO. Em que pese a nossa Comissão, Sr. Presidente, nós vamos iniciar agora mais um trabalho interno, um trabalho realmente daquilo que nós já temos — pelo menos é o que V.Exa. tem nos passado —, eu acho que requer desta Comissão uma informação mais precisa por parte do INMETRO. Porque sabemos que não só uma audiência, uma convocação — se assim a Comissão entender, tudo bem —, mas eu acho que o mais importante é que a gente tenha essas informações, porque, realmente, é um problema que aflige todos os postos de gasolina deste País, que atinge diretamente o consumidor. Que isso fique registrado. E quero parabenizar a Deputada Eurides e também o Deputado Chico Vigilante pelo trabalho que vêm realizando e com as informações que nos trouxeram até aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Eu queria passar a Presidência para o nobre Deputado Eduardo Cunha enquanto eu vou atender a um chamamento aqui da imprensa. Depois é o nobre Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – Sr. Presidente, os temas que eu gostaria de abordar já foram abordados. Eu quero cumprimentar a Deputada Eurides Brito e o Deputado Chico Vigilante pelas suas exposições. Eles comprovam que aqui, no Distrito Federal, a CPI que cuida desse tema correlato ao que cuidamos aqui está agindo efetivamente. Quero apenas cumprimentá-los e desejar que tenham todos sucesso e suas conclusões, para nós, serão preciosíssimas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) – Com a palavra agora o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – Sr. Presidente, também para saudar, cumprimentar a Deputada Eurides, o Deputado Chico Vigilante e da nossa satisfação de perceber que aqui em Brasília as coisas estão evoluindo. A CPI está conseguindo esclarecer alguns aspectos desse processo fraudulento, dessa verdadeira quadrilha, que está comandando a comercialização de combustíveis no



nosso País. Acho que o problema do cartel já está evidenciado em todos os Estados, o índice de adulteração também muito elevado. Agora nós estamos na fase de identificar os mecanismos e as pessoas que estão envolvidas nesse processo. Os depoimentos aqui são muito esclarecedores, já que conseguem um aprofundamento maior a respeito desses processos no Distrito Federal, e que não deve ser diferente em outros Estados da Federação. São coisas absolutamente inaceitáveis. Esse problema do lacre, que foi denunciado aqui pelo Deputado Chico Vigilante, é extremamente grave. O INMETRO precisa vir aqui rapidamente esclarecer a esse respeito. Não é possível que se admita que um agente público entregue o lacre para o próprio revendedor de combustíveis fazer a aferição das bombas. Isso é um absurdo. Isso demonstra a captura do agente econômico, do empresário em relação ao agente fiscalizador, absolutamente inaceitável. É preciso que isso fique absolutamente esclarecido. E o papel da PETROBRAS: eu acho que os diretores da PETROBRAS estiveram aqui, prestaram esclarecimento. É cedo para gente concluir qual é a participação da PETROBRAS nesse processo. Mas é evidente que a PETROBRAS tem um papel destacado, importante, fundamental para regular esse mercado. Espero que a PETROBRAS esteja adotando providências nessa direção. Há falhas, há lacunas nesse processo de comercialização, especialmente envolvendo a BR Distribuidora. Parece-me, também, um elemento que precisamos investigar com maior profundidade: a participação do Poder Judiciário. A cada depoimento vai-se verificando que há uma participação do Poder Judiciário nesse processo: a indústria de liminares, e liminares com conteúdo absolutamente inexplicável. Verificou-se aqui que um juiz, no Amazonas, teria dado uma liminar determinando que não poderia haver uma margem de lucro menor que 22%. Que coisa! Estive, na semana passada, em Goiânia, e lá alguém que foi preso, envolvido no cartel, saiu pelas portas da frente do presídio com uma decisão falsificada, levada por um oficial de justiça — levada por um oficial de justiça. Então, a participação do Judiciário, também, precisa ficar mais clara em relação a isso. O Deputado Chico Vigilante não se encontra na sala neste momento, mas ele fez uma indagação ou fez uma afirmação, aliás, dando conta que um membro desta Casa, Deputado Severiano — suponho que seja o Deputado Severiano Alves —, estaria, de alguma forma, envolvido com o sindicato



ou com alguém envolvido com o sindicato. Eu acho que mereceria um esclarecimento melhor a respeito disso. O Deputado Severiano Alves é Deputado da Bahia, é membro suplente desta Comissão, e precisaria um esclarecimento melhor a respeito da sua participação. Ficou comprovado alguma coisa? Porque levantar o nome sem uma prova pode não ser algo que ajude a investigação. E, se tem prova, nós teríamos também que ver que tipo de envolvimento existe, para que não paire sobre esta CPI qualquer tipo de dúvida a respeito da atitude e do comportamento dos seus membros em relação à investigação que é necessário que seja feita.

A SRA. EURIDES BRITO - Deputado, eu posso dar o esclarecimento. Numa das sessões, exatamente na que era ouvido o Presidente do Sindicato dos Postos, o Deputado compareceu e sentou-se atrás, mas não procurou nenhum dos Deputados integrantes da Comissão e nenhum assessor da própria Comissão ou da Casa para se identificar, assistiu à reunião lá por não mais que meia hora e levantou-se e, logo no saguão, disse à imprensa: “Isso não vai dar em nada porque isso é uma Comissão conduzida por amadores”. E o Deputado Chico Vigilante integrou esta Casa e eu também integrei esta Casa. Nós já sabíamos que era o Deputado que estava lá, e não havia procurado a Comissão. Nós já estávamos conduzindo o trabalho, então também não tínhamos que nos manifestar. Mas, após a saída dele, nós perguntamos ao depoente se havia alguma ligação entre o Deputado e o Sindicato dos Donos de Postos — e isso está no depoimento, podemos... porque alguns depoimentos vão ser requisitados por esta Casa —, ele disse que ele era advogado do sindicato.

O SR. CHICO VIGILANTE - O Carlos Recch que afirmou isso.

A SRA. EURIDES BRITO - O Sr. Carlos Recch, que é o Presidente do Sindicato, é quem disse. Isso está no depoimento dele. E eu quero já, também, aproveitar...

O SR. CHICO VIGILANTE - Inclusive, Deputada, se a senhora me permite, ele disse que tinha até uma sala no sindicato.

A SRA. EURIDES BRITO - É. Ele tem a sala, o escritório de advocacia dele funciona, tem uma sala no sindicato. E está no depoimento do Presidente do Sindicato dos Postos, de Proprietário de Postos aqui no Distrito Federal, o Sr. Carlos Recch. Certamente, se for requisitado o depoimento, nós poderemos enviar.



O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Eu quero agradecer ao Presidente e, mais uma vez, saudar o 2 Parlamentares pelo depoimento, pelas informações que trazem a esta CPI, que, seguramente, contribuirão muito para que esta CPI possa encontrar os verdadeiros envolvidos nessa quadrilha que se formou no comércio de combustíveis do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - Pela ordem, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu fico feliz. Eu fiz apenas um único requerimento nesta CPI e, justamente, para trazer aqui os 2 Deputados, a Deputada e o Deputado. E fico feliz porque, realmente, talvez tenha sido o depoimento mais objetivo. No transcorrer da nossa CPI até agora, foram os depoimentos mais objetivos, o depoimentos mais demonstrativos para esta CPI e para nós para servir... E serve como referência, Deputado Chico Vigilante e Deputada. Realmente, nós estamos felizes, satisfeitos. Eu, em particular, por ter sido o autor do requerimento, do convite à Sra. e ao Sr. Deputado para vir a esta Casa. Ficamos, realmente, satisfeitos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Cunha) - V.Exa. está de parabéns pela iniciativa. E eu passo, de novo, a Presidência ao Deputado Carlos Santana, que já retornou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu só quero dar uma informação que a Secretaria me deu e que todos os Deputados têm que estar... Nós já pedimos todas as documentações a todas as CPIs, as que estão instaladas e as que já tiveram seu fim, em nível dos Estados, em nível da documentação. Só estamos esperando essas documentações chegarem. Então, já foi feito o expediente a todos os Estados. Pela ordem, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - É. Gostaria, Deputado Carlos Santana, de dizer que não vejo nada de mais que o Deputado Severiano seja advogado, até porque é mister da profissão dele ser advogado de quem ele achar conveniente. Entre ser advogado de quem quer que seja o cliente, a forma do que ele está



defendendo, o que ele esteja defendendo, o patrimônio, qualquer tipo de crime ou de atribuição jurídica, não é crime nenhum. Entre ele ser advogado e estar envolvido, há uma diferença muito grande. Portanto, não acho nada de mais que ele seja advogado ou tenha sido, não sei se é ainda, do sindicato. Então, é bom fazer essa separação, porque todos têm direito à defesa e a um advogado. Então, não é nada de mais que ele seja advogado do sindicato, na minha ótica. Agora, ele estar envolvido é outra questão. Só queria deixar isto registrado: não vejo nada de mais que ele seja advogado de quem quer que ele queira ser.

O SR. CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, eu só quero deixar claro, também, que eu não tenho nada contra a profissão de advogados. Agora, o que me estranha é que alguém, um Parlamentar especialmente, esteja advogando para um cartel. Porque o Sindicato do Distrito Federal hoje está tipificado como mola mestre do cartel do combustível do Distrito Federal, através das atas que V.Exas. vão receber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Queria passar para o outro Deputado, que seria o Deputado Daniel... Já foi? Então, Deputada Rose de Freitas...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Ajude a Rose aí porque, coitadinha...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não dá, encalhei aqui, Sr. Presidente. Isso acontece. Não tem importância. Não, deixa eu sentar aqui. Ah, está bom, obrigada. Desligue, por favor, Daniel. Sr. Presidente, desculpe o tumulto. Sr. Presidente, antes de mais nada, eu queria saudar aqui meu companheiro, colega, faz jus a sua respeitabilidade no Congresso, por onde passou e continua deixando as suas impressões pela estatura política que tem, pela seriedade que tem e agradecer por tudo que contribui com uma política mais séria, moral e ética que este País ainda luta por ter. Quero parabenizar a Deputada Eurides. E quero dizer o seguinte, Sr. Presidente: primeiro, V.Exa. está sofrendo suas agruras com as suspeições, com as insinuações. E eu... Todas as pessoas merecem confiança até que provem o contrário. V.Exa. ontem teve um gesto que me chamou a atenção. V.Exa. colocou à disposição dos seus colegas todos os seus sigilos, e eu na hora entendi a sua angústia, mas eu quero declarar de público que V.Exa. tem merecido o respeito desta Comissão. E acho que quem se propõe a fazer uma CPI dessa



natureza — e V.Exa. é autor desse gesto — tem que saber que tem que ter um passado limpo, uma vida presente limpa, e não se comprometer. Às vezes, eu ouço algumas coisas, Deputado João Caldas, que... Eu tenho o maior apreço e carinho por ele. É, realmente, um advogado no exercício da sua profissão, pode exercê-la em qualquer direção, atender qualquer cliente; não pode fazer parte da CPI, não deve fazer parte da CPI. E até acho que donos de postos de gasolina não devem estar na CPI, sócios de distribuidora não devem estar na CPI, ex-diretores de empresas estatais não devem estar na CPI, porque isso tudo nos leva a um cometimento público que nos deixa constrangidos quanto aos companheiros. Eu não posso...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Um aparte, Deputada; um aparte... Ex-diretor de empresa estatal... Faça... Coloque que tipo de empresa estatal, porque eu fui diretor de uma empresa estatal de telefonia, nada tem a ver com...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS – Eu nem sabia. Claro. V.Exa. é bem inteligente. Nós estamos falando CPI dos Combustíveis, não é? (*Risos.*) V.Exa. dirigiu uma... foi Ministro da Saúde, não tem nada a ver com combustível. Então, eu queria apenas ressaltar que V.Exa. é merecedor da nossa confiança. Eu só quero solicitar de V.Exa., e faço de público, sem nenhum constrangimento, porque, no dia em que V.Exa. errar e no dia em que eu errar, V.Exa. tem todas as condições morais, éticas, de chegar e me chamar a atenção publicamente, como quero que qualquer colega o faça. Estou nesta CPI por acreditar nisso. No dia em que ela fugir do seu rumo — eu nunca tive um gesto de renúncia na minha vida — , eu me afastarei desta CPI. E, muitas vezes, coloco as coisas com a paixão e com o envolvimento que quero ter com elas. Parabênzo V.Exa. Continue como está, de cabeça em pé. Sabe que está mexendo numa coisa perigosa. O dono da represa controla o vale, Sr. Presidente. O difícil constrangimento público que temos aqui é saber que o vale está sendo controlado por quem deveria representar e lutar pelo interesse público. O depoimento de V.Exa... Nós estamos um pouco, vamos dizer, nesta CPI, ainda achando um jeito de caminhar — estamos caminhando — , mas temos que achar o jeito de caminhar. Qual é propósito desta CPI? Temos que chegar. Quando eu vi aquela pauta abarrotada de requerimentos inócuos, eu falei:



“Ou estão tentando me fazer de bobo ou estão fazendo a opinião pública de bobo”. Porque eu... Pode olhar V.Exa. O meu requerimento foi no sentido de colaborar com a parte administrativa da CPI, qual seja, colocar as sub-relatorias, para que, num foro adequado, com as divisões de tarefa adequada, pudéssemos andar nas direções certas. V.Exa. sabe da importância disso. Pedi que eu suspendesse por um tempo. Suspendi por um tempo. Estou aguardando. V.Exa. ontem reordenou os trabalhos, redirecionou os trabalhos, e isso, Deputado Chico Vigilante... Se V.Exa. estivesse aqui ontem e ouvisse o depoimento da PETROBRAS... Eu senti vergonha de que a PETROBRAS fosse o que é, do tamanho que é, e com a responsabilidade que cada um tem. Já estive aqui o Presidente do SINDICOM, que se limitou, obviamente muito instruído, obviamente estava instruído por advogados e assessorias, dizendo que ele responderia depois, não teria resposta, e a nada que se foi inquirido com, vamos dizer, com um certo grau de comprometimento com a clareza e a transparência que as informações deveriam ter, foi respondido. Então, ele respondeu no papel, também instruído novamente pelo advogado. Eu vou passar a V.Exa. as respostas que ele deu às perguntas que fizemos. Então, eu só quero aqui reiterar de público que esse trabalho, ele se agiganta à medida que V.Exas. estão aqui, trazem esse tipo de informação, que esta CPI não tem conseguido obter ainda, ainda. E nós temos que “coesionar” as informações, arranjar a forma de fazer, Sr. Presidente — isso precisa ser feito — , nas nossas reuniões, que V.Exa. passe os informes das informações que estão chegando. Porque, veja bem, os Parlamentares... Aqui no chão tem uma pilha de... Nós estamos num projeto, dentro do processo de reformas tributária e previdenciária. Nós estamos votando a LDO, começa hoje. Então, nós temos que trabalhar, mas temos que estar atentos às informações. E V.Exa., junto com o Exmo. Sr. Relator, tem que “coesionar” essas informações e nos passar, para que nós possamos conseguir encaminhar devidamente esta CPI. Eu não tenho perguntas a fazer. Tenho lido todos os seus depoimentos, entrevistas, tenho acessado na Internet as informações, Deputado Eurides, apenas essa colaboração. E está de parabéns o Deputado José Carlos. Ela é precisa e objetiva e hoje passa a construir um caminho mais certo para essa CPI. Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Queria informar que, logo depois do encerramento, nós vamos dar continuidade aos nossos trabalhos em uma reunião nossa aqui, informal, para nós tirarmos o rumo do nosso trabalho, como nós fizemos ontem. Então, normal.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, só para informar, nós vamos ter sessão do Congresso às 13h.. Se a gente pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está bom. Nós vamos pedir as ponderações finais dos 2 nobres Parlamentares. E eu quero, como eu acabei de dizer para a imprensa agora, eu quero agradecer muito a presença dos 2 Parlamentares aqui. Eu acho que nós conseguimos aprender muito com o que vocês estão fazendo. Nós, quero dizer para vocês, que para mim foi muito importante, acho que para todos os Deputados, mostrou para nós. Acho que nós temos obrigação tanto como nós fazemos uma parceria com a CPI daqui de Brasília. Eu quero que a nobre Presidente faça um requerimento e, depois, a gente bota em aprovação para nós fazermos um trabalho em conjunto o mais rápido possível, e, ao mesmo tempo, escutar — entendeu? — os outros Estados, onde já teve, nas suas ... Então, quero passar, assim, em meu nome, falo em nome de toda CPI, de toda Comissão, nós queremos agradecer muito, e dizer para vocês que nós estamos juntos nessa empreitada. Esse é um setor muito forte, um setor que está lidando com bilhões e bilhões de reais neste País, e que é um setor desconhecido da sociedade. No final, quem perde é o consumidor, é aquele que tem o carro adulterado, é aquele que está com uma situação mais difícil. Porque nós temos o hábito de chegar “e completa; bota 10; bota 20; bota 30”, e não sabemos que tem toda uma grande cadeia que está por trás. Ao mesmo tempo, eu fico muito triste quando a gente vê aqui, em nome das empresas, até empresas estatais que a gente tem o maior respeito, da forma como nós vimos aqui. A situação do INMETRO, uma dificuldade enorme que a gente viu na situação do INMETRO. Então, eu quero dizer, quero agradecer muito todas as suas contribuições. Vou passar a palavra para o Deputado Chico Vigilante, depois, para encerramento final, para a Deputada Eurides Brito.

O SR. CHICO VIGILANTE - Eu quero agradecer essa oportunidade de ter conversado com vocês, especialmente o convite formulado por V.Exa., me honrou bastante; as palavras elogiosas da Deputada Rose. E quero dizer ao Deputado



Luciano Zica, V.Exa. que faz parte de uma estatal, que conhece profundamente essa questão do combustível, eu hoje estou convencido, convencido, de que o Governo Federal precisa agir, e agir para valer nessa questão dos combustíveis no Brasil. Aqui, no Distrito Federal, esse trabalho desenvolvido por nós, por mim, a Deputada Eurides, e os outros integrantes da CPI, fez com que este mês, Deputada Rose, nós tivéssemos deflação no Distrito Federal. Deflação no Distrito Federal, este mês, boa parte em função da queda do preço dos combustíveis. Eu, sinceramente, não entendo por que ninguém nunca tinha se preocupado em atuar para valer nessa coisa. É um mercado altamente concentrado, mercado altamente lucrativo. Para você instalar um posto de gasolina no Distrito Federal, hoje, precisa, no mínimo, de conseguir 2 milhões de reais. Não é uma tarefa qualquer. E jogam com o nosso interesse. E atacam a economia, atacam a honra das pessoas, como estão atacando agora a honra do Deputado Carlos Santana, exatamente porque a gente começa a mexer com esses interesses. Eu não entendo, sabe, Deputado José Carlos, têm algumas coisas que estou ainda por entender. Tem um processo, que aponta o cartel no Distrito Federal a ser punido, tramitando, Deputado Luciano Zica, desde 1994, está dormitando na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. De 94 até hoje, eles foram incapazes de dar um seguimento a esse processo. De 94 até hoje, está lá. Não punem. Nós estamos apurando uma informação, Deputado Carlos Santana, Presidente desta CPI, de que um ex-integrante do CADE — que é o Conselho, que é quem pune efetivamente, que cabe à Secretaria de Direito Econômico formalizar o processo e encaminhar para o CADE —, tenho a informação que um ex-diretor do CADE hoje assessora o setor. Então, está aí colocada a promiscuidade. Agora, eu acredito no trabalho que V.Exas. estão fazendo, muitas modificações terão que ser feitas. Esse não é um trabalho para esse ou aquele partido. Tanto é que eu, Líder do PT, e a Deputada Eurides, Líder do PMDB, estamos trabalhando numa sintonia perfeita — diria uma sintonia fina. Não é isso, Deputada Eurides? Sintonia, sabe, onde não destoa. E nós vamos prosseguir agora, precisamos muito, efetivamente, da Câmara Federal. Para concluir, quero louvar aqui, é preciso que a gente registre — ela não gosta, mas sempre eu gosto de colocar —, o trabalho que é feito pela equipe da Polícia Civil do Distrito Federal. A Delegada aqui, a nossa querida Roseliane, com toda equipe, trabalho extraordinário



que eles têm feito. O Josias, ontem comandando, muitas vezes sem o apoio necessário, mas eles estão lá na linha de frente, enfrentando todo tipo de dificuldade, mas estão agindo. Isto é que é importante, a consciência que eles têm hoje da necessidade de fazer esse enfrentamento. Quero, para concluir, dizer que a CPI não foi para perseguir ninguém, foi para mostrar a verdade. E a verdade nós estamos chegando. Nós já comprovamos, Deputado Luciano Zica: tem cartel em Brasília. Nós estamos avançando agora para tipificar a formação de quadrilha. E a Delegada Roseliane me assegura de que nós não vamos demorar muitos dias para comprovar a quadrilha no Distrito Federal não. E essa quadrilha atua em todo Brasil. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Obrigado, Chico Vigilante.

A SRA. EURIDES BRITO - Serei breve. Quero renovar os agradecimentos ao Deputado Carlos Santana e a todos os membros da CPI pelo convite para estarmos aqui, porque eu acho que esse intercâmbio, essa troca de informações vale para todos os lados, para que possamos atingir os objetivos comuns, que é o de beneficiar a sociedade brasileira. Durante a minha exposição, o Deputado Carlos Santana até sugeriu que nós pudéssemos fazer alguma ação conjunta, por exemplo, como visita a essas “sedes”— entre aspas —, de distribuidoras. E eu não quero retardar, porque nós queremos fazer isso o mais rápido possível. Enquanto o Deputado Chico Vigilante fazia seu depoimento eu já pedi que a nossa assessoria fizesse o nosso requerimento, que já fica aqui assinado, vai só ser feito aí no protocolo, mas já está assinado. Porque temos ações já para próxima semana, que gostaríamos de contar sempre com a participação desta Casa. Isso seria muito interessante. Então, quero agradecer realmente a todos por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu que quero, primeiro, agradecer a agilidade da assessoria, eu acho que é esse que é o trabalho que a gente... O Parlamentar ele não é sozinho, tem um conjunto. Quero agradecer à Polícia daqui de Brasília, pela qual tenho o maior respeito. Até maior respeito, porque tenho também um vínculo sindical, porque, como sindicalista, a Polícia de Brasília foi uma das primeiras polícias que têm uma relação sindical muito forte com a Central Sindical da qual eu fui Presidente no Estado. E eu acho, assim, um papel de cidadão que a Polícia de Brasília faz. É um exemplo a nível nacional. Em todos



lugares nós temos as mazelas, mas a gente também tem de falar das coisas boas, e vocês aqui são as coisas boas. Quero agradecer o quadro de funcionários que está acompanhando os Parlamentares nesta Comissão. E é assim que a gente tem... Com essa agilidade, com essa agilidade que a gente vai conseguir. Eu espero que o mais breve possível, numa reunião ordinária nossa, a gente aprove esse requerimento para conseguir, junto com a CPI de Brasília, a gente trabalhar. A audiência pública está encerrada, mas nós, então, vamos dar continuidade ao nosso trabalho no sentido de definir a nossa pauta, a partir de agora, da convocação extraordinária. Obrigado. E eu gostaria que ficassem no recinto só os Parlamentares. Obrigado, companheiros.